



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAPECURU-MIRIM
CURSO DE LETRAS

DENEVALDO ALVES DE OLIVEIRA

Uma comparação entre a abordagem sobre o preconceito racial no romance “O Mulato” e a visibilidade da problemática racista na contemporaneidade de Itapecuru-Mirim

Itapecuru-Mirim
2018

DENEVALDO ALVES DE OLIVEIRA

Uma comparação entre a abordagem sobre o preconceito racial no romance “O Mulato” e a visibilidade da problemática racista na contemporaneidade de Itapecuru-Mirim

Monografia apresentada a Universidade Estadual do Maranhão/Campus de Itapecuru Mirim, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Língua Portuguesa e respectivas Literaturas.

Orientador: Prof^a. Msc. Maria Lúcia Holanda

Itapecuru-Mirim
2018

DENEVALDO ALVES DE OLIVEIRA

Uma comparação entre a abordagem sobre o preconceito racial no romance “O Mulato” e a visibilidade da problemática racista na contemporaneidade de Itapecuru-Mirim

Monografia apresentada a Universidade Estadual do Maranhão/Campus de Itapecuru Mirim, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Língua Portuguesa e respectivas Literaturas.

Orientador: Prof^a. Msc. Maria Lúcia Holanda

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. (Orientadora) Maria Lúcia Holanda

1º Examinador (a)

Prof^a. Esp.

2º Examinador (a)

Prof^a. Esp.

À minha família, em especial à minha mãe,
Maria Nazaré, por serem meus maiores
exemplos de vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que em sua infinita bondade me conduziu ao longo desta trajetória, me concedendo saúde, força e sabedoria para alcançar meus objetivos.

À minha mãe, Maria Nazaré que sempre esteve ao meu lado, incentivando e apoiando em todas as decisões da minha vida, acreditando nos meus sonhos e em minha capacidade de realizar cada um deles.

À minha orientadora Maria Lúcia Holanda, que com muito carinho e atenção me auxiliou durante a construção do meu trabalho.

RESUMO

Esse estudo apresenta uma análise crítica sobre o delineamento exercido pelo autor Aluísio de Azevedo, no enredo da obra “O Mulato”, no que tangia à figura do negro representado na sociedade maranhense durante o século XIX, em comparação com a forma como o preconceito racial é visto e tratado no cotidiano da sociedade de Itapecuru-Mirim. O foco da pesquisa embasou-se na compreensão da correlação existente entre a forma como o negro era visto socialmente naquele período e a maneira como o negro contemporâneo encontra-se inserida na sociedade, levando-se por base as diferenciações de representatividade percebidas entre os dois períodos, bem como a influência acerca das transformações sociais, econômicas e culturais ocorridas durante a transcorrência dos séculos. Debruçando-se sobre a investigação, pôde-se elencar os principais fatores empreendidos nas relações estabelecidas socialmente pelo negro, objetivando a busca do alcance de melhores patamares de visibilidade, na tentativa de dissolver valores e concepções preestabelecidos na sociedade e que enraizaram-se ao longo dos séculos de diferenciação de indivíduos pela cor da pele, no que diz respeito às posições ocupadas por negros e brancos. Buscou-se enveredar pelos mais variados âmbitos acerca da forma como o preconceito foi abordado por Aluísio de Azevedo no enredo, buscando a analogia entre os diálogos estabelecidos e a ideologia do autor embutida nas entrelinhas do texto, bem como a sua relação com a realidade atribuída à figura negra da contemporaneidade da cidade de Itapecuru-Mirim. A comparação entre o racismo retratado na obra e as mudanças ocorridas nas relações estabelecidas entre os indivíduos atualmente, que ganharam novas configurações ao longo dos séculos, foi imprescindível para que a teoria fosse compreendida de forma prática, objetivando o entendimento da existência de uma relação de evolução social entre o negro do século XIX e a figura afrodescendente dos dias atuais.

Palavras-chave: Negro, “O Mulato”, Preconceito racial, Século XIX, Itapecuru-Mirim, Contemporaneidade.

ABSTRACT

This study presents a critical analysis of the delineation of the author Aluísio de Azevedo, in the plot of the work "The Mulato", in which the black figure represented in the Maranhão society during the nineteenth century, compared to the way racial prejudice is seen and treated in the everyday life of the society of Itapecuru-Mirim. The focus of the research was based on the understanding of the correlation between the way the Negro was viewed socially in that period and the way in which the contemporary Negro is inserted in the society, being based on the differentiations of representativeness perceived between the two periods, as well as the influence on the social, economic and cultural transformations that occurred during the course of the centuries. On the basis of the research, it was possible to list the main factors involved in the relations established socially by the Negro, aiming at the search for the achievement of better levels of visibility, in an attempt to dissolve pre-established values and conceptions in society and that were rooted in the long of the centuries of differentiation of individuals by the color of the skin, with respect to the positions occupied by blacks and whites. It was tried to embark on the most varied scopes about the way in which the prejudice was approached by Aluísio de Azevedo in the plot, searching for the analogy between the dialogues established and the author's ideology embedded in the lines between the text, as well as its relation with the attributed reality to the black figure of the contemporaneity of the city of Itapecuru-Mirim. The comparison between the racism portrayed in the work and the changes that occurred in the relations established between individuals today, which gained new configurations over the centuries, was essential for the theory to be understood in a practical way, aiming at the understanding of the existence of a relation of social evolution between the black of the nineteenth century and the Afrodescendent figure of the present day.

Keywords: Black, "The Mulato", Racial prejudice, 19th Century, Itapecuru-Mirim, Contemporaneity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 ORIGENS E CARACTERÍSTICAS DO NATURALISMO COMO ESCOLA LITERÁRIA.....	11
1.1 O NATURALISMO NO BRASIL E O LANÇAMENTO DA OBRA “O MULATO”	13
2 ANÁLISE DA OBRA “O MULATO” COM ENFOQUE NA DISCUSSÃO LEVANTADA SOBRE O PRECONCEITO RACIAL.....	17
3 A RESISTÊNCIA SOCIAL FRENTE AO ROMANCE ENTRE ANA ROSA E RAIMUNDO.....	27
4 COMPARAÇÃO ENTRE O MODELO DE PRECONCEITO APRESENTADO PELA OBRA E SUA RELAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE ENTRE OS JOVENS DE ITAPECURU-MIRIM.....	40
4.1 APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ITAPECURU-MIRIM.....	42
4.2 QUESTIONAMENTOS E RESPOSTAS DOS DISCENTES DAS ESCOLAS....	42
4.3 QUESTIONAMENTOS E RESPOSTAS DOS DOCENTES DAS ESCOLAS....	45
4.4 ANÁLISE DO RESULTADO DA PESQUISA E COMPARAÇÃO ENTRE O RACISMO APRESENTADO POR ALUÍSIO DE AZEVEDO E O PRECONCEITO ABORDADO ATUALMENTE.....	46
5 METODOLOGIA.....	52
5.1 MÉTODOS DE ABORDAGEM.....	52
5.2 TÉCNICAS DE PESQUISA.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	56
ANEXOS.....	57

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal finalidade uma comparação entre o discurso utilizado pelo autor Aluísio de Azevedo em sua obra “O Mulato”, lançada em 1881 na cidade de São Luís do Maranhão, com a forma como o preconceito racial é concebido na sociedade de Itapecuru-Mirim (Maranhão), no ano de 2018, afim de que se possa perceber a conexão existente entre os distintos períodos, os elementos empregados para a abordagem no enredo do autor e a forma como a mesma problemática é tratada nas escolas de ensino médio itapecuruenses da atualidade.

O estudo sobre a origem do Naturalismo como escola literária no Brasil e a sua influência para a construção da obra, bem como, as características apreendidas pelo autor para a inferência realizada sobre a discriminação racial, tornam-se necessários ao enriquecimento das bases que fundamentaram a construção da investigação proposta.

A análise de “O Mulato” tornou-se de suma importância para a compreensão dos formatos de discussão abordados por Aluísio de Azevedo em sua obra, para o cruzamento de informações com a contemporaneidade, levando-se em consideração a aplicação de questionários nas escolas Centro de Ensino Professor Newton Neves e Centro de Ensino Ayrton Senna, com questões abertas e discursivas com o propósito de extração de dados reais sobre a visibilidade do racismo dentro das escolas públicas de Itapecuru-Mirim.

A discussão sobre o posicionamento do negro na sociedade brasileira vem sendo levantada ao longo dos anos, principalmente após o fim da escravidão propriamente dita no ano de 1888. De acordo com a visão do autor Andrews (1998, p.29) “as desigualdades raciais brasileiras relacionam-se à herança escravista, às interações entre patrões e empregados”, isto é, existe toda uma historiografia referente à construção do período que compreendeu a escravidão brasileira.

Isso implica dizer que essa herança que legitima a hierarquização entre patrões brancos e empregados negros, desenhou o formato da visibilidade no negro no âmbito social, no sentido de que, a escravidão o estratificou, posicionando-o em um patamar relativo às margens da sociedade, isto é, a sociedade acostumou-se com a ideologia de que um negro servir um branco era algo absolutamente aceitável

e normal e que, a inversão de papéis representaria uma quebra de convivência social estabelecida durante séculos.

Vale mencionar que para a autora Aparecida Santos (2000, p.134) o preconceito existe “sempre que uma pessoa seja impedida de exercer um direito como, por exemplo, o trabalho, ou não possa usufruir as mesmas oportunidades e tratamentos que outras em função de sua raça, sexo ou idade”. Corroborando com a autora, pode-se afirmar que existe uma parcela gritante de negros na sociedade brasileira e maranhense que não usufrui dos mesmos tipos de oportunidades que os brancos, no que tange à questão educacional, econômica e de inserção no mercado de trabalho, tudo isso reflexo desses elementos discriminatórios agregados ao contexto social.

A análise buscou a relação entre a forma como o negro era tratado no Maranhão durante o século XIX, a partir do discurso de Aluísio de Azevedo, e a maneira como o problema acerca da discriminação racial é abordado dentro das escolas Itapecuruenses, com o objetivo de traçar uma linearidade entre o contexto social que engloba cada período analisado, bem como, os elementos que compõem os constructos de ideologia traçados pelos indivíduos.

2 – ORIGENS E CARACTERÍSTICAS DO NATURALISMO COMO ESCOLA LITERÁRIA.

O Naturalismo configurou-se como um movimento que possuía em suas particularidades literárias as parcelas contributivas resultantes das diversas transformações sociais, econômicas e, principalmente científicas pelas quais a Europa passou durante o século XIX, visto que, afluía naquele momento os ideais propostos através da teoria de seleção natural de Charles Darwin, com o lançamento do livro “A origem das espécies” no ano de 1859, que propunha uma análise minuciosa sobre a origem e a evolução humanas.

No campo filosófico, o mundo via transparecer a ideologia positivista proposta por Augusto Comte, em que a base de observação para as pesquisas científicas deixaria de ser simplesmente objetos de estudos isolados, para contemplar a investigação de fatores sociais que envolviam o comportamento humano e as construções das relações interpessoais entre os indivíduos.

O caráter fundamental da filosofia positiva é tomar todos os fenômenos como sujeitos as leis naturais invariáveis, cuja descoberta precisa e cuja redução ao menor número possível constituem o objetivo de todos os nossos esforços [...] Pretendemos somente analisar com exatidão as circunstâncias de sua produção e vinculá-las umas às outras, mediante relações normais de sucessão e de similitude (COMTE, 1996, p. 26).

Augusto propunha o estudo da correlação existente entre os fatores que mediavam as relações humanas, atribuindo um caráter de resultantes e resultados, entre causa e consequência de forma natural, como se no espaço social houvesse sempre uma sucessão de acontecimentos permeados pelos fatos históricos de determinado período.

Na literatura, O Naturalismo surge com o lançamento da obra “Romance experimental” de Émile Zola em 1880, oportunidade em que o autor traz para a literatura a experiência do romance como forma de experimentação. Émile (1982, p;31) afirma que “o romancista é feito de um observador e de um experimentador. Nele, o observador apresenta os fatos tal qual os observou [...] e estabelece o terreno sólido no qual os personagens vão andar e os fenômenos se desenvolver” Com isso, o romancista estabelece uma ponte entre aquilo que se vive e aquilo que

se constrói no campo literário, transpondo para a literatura a experiência das observações sociais.

As novidades literárias apresentadas por Zola tiram o autor realista da simples perspectiva de escritor-observador para enquadrá-lo em um campo de atuação que vai bem mais além de escrever. O escritor assume, portanto, o papel de idealizador de emoções e conceitos baseados na experiência proporcionada através da observação dos comportamentos sociais, isto é, os personagens das obras naturalistas seguem uma “edição” e adequação proporcionadas pelo fruto do estabelecimento das relações sociais.

Zola, (1982, p. 31) corrobora que “depois, o experimentador surge e institui a experiência, quer dizer, faz as personagens evoluírem numa história particular, para mostrar que a sucessão dos fatos será tal qual exige o determinismo dos fenômenos estudados. Isso implica dizer que, o autor naturalista parte de um pressuposto, de uma ideia inicial despertada por sua observação, e enquadra os seus personagens de acordo com os conceitos apreendidos para, através do delineamento de seu enredo atribuir condutas e comportamentos que convirjam ao seu ponto de partida.

De acordo com a concepção do autor Nelson Werneck Sodré:

Parecia-lhe que êsse acúmulo extraordinário de elementos, êsses dados colhidos diretamente e em quantidade continham a verdade inteira, reduziam ou eliminavam as possibilidades de êrro ou deformação na transposição das cenas. Essa infatigável busca destinava-se à elaboração de uma das peças fundamentais da ficção naturalista, o meio, [...] misturado com a hereditariedade, constituía, sistematicamente, a fórmula verídica, o segrêdo da realidade. As coisas passavam a ter um papel ativo, em cada meio, eram como criaturas humanas e, no conjunto, pressionavam as ações humanas. (Werneck 1965, p. 22)

A ficção naturalista representava, portanto, uma mistura entre a realidade, o meio e a hereditariedade que constituía a fonte da problemática apresentada. Isso implica dizer que havia nos enredos uma relação entre o produto do meio e os motivos que levaram o meio à produção dessa realidade, como se o próprio indivíduo se sentisse pressionado com os elementos encontrados nos romances, ao mesmo tempo em que configurava-se como o “ator principal” para a constituição de tal meio.

Emille Zola em 1880, lança o livro *Germinal*, em que retrata a vida e o dia a dia dos mineradores, para isso, se predispõe a viver durante alguns meses em uma

mina carvoeira na França, oportunidade em que presencia o início de uma greve extremamente sangrenta, marcando uma das primeiras manifestações operárias contra o sistema capitalista.

É sob a pressão dos acontecimentos que Zola volta-se, novamente, para a classe operária, que vai agora trazer à ficção, situando um de seus setores mais fortes, o dos mineiros. O romancista prepara-se para a tarefa, segundo o seu costume, lendo os autores socialistas e percorrendo as regiões mineiras do país, conversando com os trabalhadores, penetrando as galerias, andando pelas aldeias em que residiam os operários. *Germinal* tem estrutura relativamente simples, embora abarque um conjunto numeroso e variado de figuras e de episódios. (Werneck 1965, p. 33).

Os episódios descritos no livro, chegam o mais próximo da realidade vivida pelos mineiros, tendo em vista que o autor vivenciou de perto todas as suas aspirações, desejos e reivindicações frutos das condições trabalhistas às quais os trabalhadores estavam sujeitos. Sob esse aspecto, o autor agrega ideias naturalistas à sua obra, partindo do pressuposto de que as convicções atribuídas à realidade trabalhistas são resultantes de uma observação presencial.

As leituras exercidas por Émile de autores socialistas, retrata uma visibilidade do panorama em que os mineiros se encontravam e denota uma preocupação com a construção do enredo baseado na realidade da prática social, ou seja, para que se possa compreender a essência de um movimento torna-se necessário o mergulho nas entranhas do seu surgimento, pois somente assim o autor terá gabarito suficiente para descrever as suas características práticas no meio social.

2.1 – O Naturalismo no Brasil e o lançamento da obra “O Mulato”.

O Naturalismo no Brasil surge no final do século XIX, em meio ao à Abolição da Escravidão e a implantação do sistema republicano, com a ascensão da pequena burguesia que começa a ganhar espaço nos segmentos públicos que vão da imprensa às escolas superiores.

Nesse momento, a literatura contava com uma participação muito mais ativa dos leitores, em que as suas impressões acerca da obra eram fundamentais para a sua disseminação. Nelson Werneck aponta que “são muitos, relativamente, os livros; são poucos os que sobrevivem” (Werneck, 1965, p.161). Isso implica dizer que os

indivíduos apresentavam sinais de turbulência com relação a todas as transformações sociais que estavam presenciando e, isso, fazia com que não se deixassem vislumbrar por “qualquer coisa”, era necessário realmente tocar o âmago do leitor de uma forma que o fizesse se voltar para a leitura que estava sendo apresentada.

A inauguração do Naturalismo no Brasil deu-se com o lançamento da obra “O Mulato” de Aluísio de Azevedo, em abril de 1881, em que apresenta à sociedade um problema latente à época, concernente à questão racial no Maranhão, bem como outras características de crítica social, como por exemplo, anticlericalismo nutrido pelo autor.

Especificamente sobre a proposta naturalista em si, Aluísio de Azevedo afirma que “a palavra escrita [...] serve hoje para demonstrar um fato [...], discutir um fenômeno. O escritor [...] já não escreve para mostrar seu estilo e sim para expor seu modo de pensar sobre qualquer objeto, sobre qualquer questão” (AZEVEDO, 1988, p. 189). Sob essa ótica, o autor atrela as concepções de literatura e história, desmistificando a ideia de que um escritor necessitaria preocupar-se única e exclusivamente com o modo como seu enredo seria construído, para que não fugisse das regras literárias.

Isso implica dizer que Aluísio inaugurava um novo modo de escrita, em que a estilística não representava o foco, mas sim a análise dos fatores sociais que circundavam a construção da história, isto é, seria muito mais pertinente que o leitor conferisse a sua realidade nas páginas de um livro do que deparar-se com um enredo que em nada contribuísse para a sua reflexão enquanto ser social.

Aluísio corrobora ainda:

Só depois de possuímos boa constituição política, bom governo, boa família, boa sociedade, boa ciência, boa indústria, bons costumes e bom caráter, é que teremos boa literatura, porque a literatura de qualquer país nunca foi outra coisa senão a consequência de tudo isso (AZEVEDO, 1975, p. 96).

O enfoque principal refere-se em se proporcionar uma literatura de qualidade, que pretendesse desconstruir conceitos previamente formados e possibilitasse ao leitor uma perspectiva de construção de seus próprios conceitos sociais, de suas próprias conclusões acerca dos problemas sociais retratados dentro dos enredos, ou seja, a proposta seria a leitura da obra, o despertar do leitor para um determinado

conflito social e a possível formação de um conceito que fosse bem além daquilo que o contexto narrativo apresentava.

A aproximação entre a literatura e os conflitos reais vividos em sociedade apresentava-se como um marco para a escola Naturalista. Aluísio trazia em “O Mulato” a descrição comportamental da sociedade ludovicense da época para com as questões raciais, tendo em vista que a história é ambientada na cidade de São Luís do Maranhão, estado brasileiro que se configurou como um dos maiores palcos da escravização negreira.

O autor busca a descrição minuciosa de como o preconceito racial era visto e tratado dentro da ilha de São Luís, utilizando-se de uma história composta por um romance entre uma mulher branca e um mulato e as visibilidades sociais que essa relação trazia, bem como, a forma como as pessoas viam o romance e de que maneira deixavam transparecer o preconceito que nutriam, evidenciando até que ponto essas expressividades influenciavam diretamente na condução do cotidiano dos cidadãos.

A imprensa maranhense do século XIX não recebeu com “bons olhos” a obra de Aluísio. Em “A civilização”, de 23 de julho de 1881, tem-se publicado um artigo desqualificando e insultando o autor pelo lançamento de seu livro: “À lavoura! Precisamos de braços e não de prosas em romances! Isto sim é real” (AZEVEDO, 1994: 19). Com as expressões utilizadas, torna-se claro que a elite ludovicense não estava nada satisfeita em ver as suas mais obscuras características referentes aos preconceitos serem estampadas, isso representava uma verdadeira “afronta” à “sociedade de bem”.

Vale mencionar que não seria em nada interessante para a sociedade burguesa que se formava à época a ideia de que a abolição da escravidão havia sido implementada apenas de maneira teórica, visto que, na prática haviam claros resquícios sociais de comportamentos preconceituosos que eram tidos como ingredientes do enredo.

Ao sugerir que o romancista fosse para a lavoura, entende-se que a imprensa pretendia desqualificar o seu trabalho, como se fosse muito mais produtivo para a classe dominante que Aluísio deixasse de “mexer com aquilo que não devia” e passasse a contribuir de forma física para o engrandecimento do Estado, ou seja, essa foi uma maneira ameaçadora de condução dos fatos, uma espécie de aviso

para que ele estagnasse a sua produção, o que refletia o medo da burguesia de que o autor viesse a tratar de mais assuntos polêmicos em suas futuras obras.

O autor maranhense, Josué Montello contribui:

Não que ele fosse um naturalista ortodoxo, imbuído do propósito de realizar uma obra de ciência, na linha traçada por Emílio Zola. Seu naturalismo é o de Eça de Queirós, isto é, a arte controlada pela observação direta. Certo, em alguns pontos, o cientificismo do tempo faz sentir num e noutro a sua presença, mas tanto no romancista brasileiro como no português está longe de constituir o elemento dominante... (MONTELLO, 1963: 11).

De acordo com a visão de Josué o propósito de Aluísio não era a produção de obras científicas (apesar de ter sofrido as influências das obras de Émile Zola), isto é, o cientificismo não era o seu ponto de partida oficial, mas sim, a observação direta dos fenômenos para o estabelecimento de sua escrita e as características que viessem a compô-la.

Em se tratando do preconceito racial refletido por Aluísio em “O Mulato”, os diálogos construídos entre os personagens refletiam as experiências presenciadas pelo autor e o delineamento de suas ambientações convergiam com a mensagem principal embutida em seu enredo.

Sobre a abordagem do preconceito na obra, Josué Montello (1963, p.12) discorre ainda que: “ o preconceito de cor, muito apurado na sociedade maranhense do século XIX, tem no livro de Aluísio a sua exata fixação, em termos de narrativa romanesca. E pode ser transferido da obra literária para o estudo sociológico”. Essa afirmativa, demonstra mais especificamente o entrelaçamento entre a história a literatura proposto pelo Naturalismo enquanto escola literária, relação esta que será mais profundamente explanada e visualizada no decorrer deste estudo.

3 – ANÁLISE DA OBRA “O MULATO” COM ENFOQUE NA DISCUSSÃO LEVANTADA SOBRE O PRECONCEITO RACIAL.

A obra “O Mulato”, lançada no ano de 1881 continha as características sociais observadas por Aluísio de Azevedo na cidade de São Luís, estado do Maranhão, no que diz respeito aos discursos direcionados à população negra da época que, ainda sobrevivia à resquícios da escravidão brasileira que consistia na “compra” de pessoas que possuísem atributos físicos compatíveis com a execução de inúmeros trabalhos desumanos, sem que houvesse um retorno financeiro, ou mesmo, o mínimo reconhecimento a estes indivíduos.

As pessoas negras eram tratadas como meras mercadorias em que, existia todo um processo de análise prévia das particularidades físicas que cada um apresentava para que fossem enquadrados ou não aos padrões clássicos de compras de escravos, isto é, havia um conjunto de regras a serem observadas que tornava um escravo apto para a compra.

Esse aspecto pode ser devidamente observado na obra:

Os corretores de escravos examinavam, à plena luz do sol, os negros e moleques que ali estavam para ser vendidos; revistavam-lhes os dentes, os pés e as virilhas; faziam-lhes perguntas sobre perguntas, batiam-lhes com a biqueira do chapéu nos ombros e nas coxas, experimentando-lhes o vigor da musculatura, como se estivessem a comprar cavalos. (ALUÍSIO, p. 08).

Os corretores de escravos da época se configuravam como pessoas responsáveis e treinadas para analisar minuciosamente cada detalhe que compunha “o conjunto de um escravo”. Ao revistar os dentes, pés e virilha objetivava verificar se o indivíduo não possuía doenças que pudessem impedi-lo de desenvolver suas atividades escravocratas de maneira satisfatória, isto é, de nada adiantaria comprar um escravo que viesse a trazer prejuízos financeiros futuramente.

A musculatura também era testada afim de se perceber o poder de força do indivíduo, tendo em vista que o objetivo seria engajá-lo em atividades que exigiam um trabalho físico extremo e, o fato de não possuir uma musculatura que apresentasse uma determinada virilidade, tornava o indivíduo inapto a ser submetido a tais atividades.

O personagem de Manuel Pedro da Rosa, pai de Ana Rosa, ao ficar viúvo de Mariana, convidara a sua sogra para ajudar na criação de sua filha, visto que na época prezava-se muito pela figura feminina no seio familiar, com vistas a ensinar as moças da época os comportamentos femininos vigentes. Porém, a vinda de sua sogra não constituiu um fator agradável quando Manuel percebeu a forma como D. Maria Bárbara pretendia conduzir a família.

A mulher apresentava-se como o verdadeiro retrato racista ludovicense do século XIX:

Era uma fúria! Uma víbora! Dava nos escravos por hábito e por gosto; só falava a gritar e, quando se punha a ralhar Deus nos acuda!, incomodava toda a vizinhança! Insuportável! Maria Bárbara tinha o verdadeiro tipo das velhas maranhenses criadas na fazenda. Tratava muito dos avós, quase todos portugueses; muito orgulhosa; muito cheia de escrúpulos de sangue. Quando falava nos pretos, dizia Os sujós e, quando se referia a um mulato dizia O cabra. Sempre fora assim e, como devota, não havia outra: Em Alcântara, tivera uma capela de Santa Bárbara e obrigava a sua escravatura a rezar aí todas as noites, em coro, de braços abertos, às vezes algemados. Lembrava-se com grandes suspiros do marido do seu João Hipólito um português fino, de olhos azuis e cabelos louros. (ALUÍSIO, p. 11 e 12).

A expressão “dava nos escravos” expressa o quanto era comum para a época que as pessoas que possuíssem maior poder aquisitivo se sentissem no direito de maltratar os escravos, impondo-lhe os mais severos castigos físicos. Ao retratar a personagem como o “tipo de velhas maranhenses criadas na fazenda, orgulhosa e cheia de escrúpulos de sangue” o autor pretendia demonstrar que existia uma determinada tipologia de pessoas naquele período que agiam de maneiras bem semelhantes, possuíam estilos de vida e condução desta, também similares e seria muito fácil identificá-las no meio social.

Ao referir-se aos escravos, Maria Bárbara nomeava-os como pessoas “sujas”, como se o fato de ser branca a fizesse se sobrepor a estes, atribuindo nome (“o cabra”) específico e carregado de significado pejorativo quando se referia a um mulato. O fato da personagem obrigar a sua escravatura a rezar todas as noites, refletia também a imposição religiosa do catolicismo aos negros, sem o devido respeito às origens de sua religiosidade e a forma como os africanos realizavam seus cultos.

Essa imposição arrastou-se do século XIX até os dias atuais, em que pode-se observar uma dificuldade da inserção das religiões afrodescendentes nos mais variados estados brasileiros, tendo em vista que, como houve uma negação religiosa no passado, os negros passaram a carregar estigmas direcionados à maneira como as suas religiões se pautavam no meio social.

As raízes do racismo estavam impregnadas na sociedade maranhense, tanto que, até mesmo a forma como a personagem Ana Rosa idealizava o futuro ao lado de um marido, faziam-na pensar em si mesma como a uma escrava:

Agora, só o que lhe convinha era um marido! O seu, o verdadeiro, o lega!! O homem da sua casa, o dono do seu corpo, a quem ela pudesse amar abertamente como amante e obedecer em segredo como escrava. Precisava de dar-se e dedicar-se a alguém; sentia absoluta necessidade de pôr em ação a competência [...] (ALUÍSIO, p. 16).

O ato de ser escrava representava a submissão total, no sentido mais amplo que a palavra pudesse trazer. A personagem evidencia isso, narrando a entrega que pretendia realizar a seu futuro marido, comportando-se como uma escrava, no sentido de que o “seu dono” pudesse fazer dela o que quisesse e bem entendesse, característica bastante peculiar à realidade atribuída aos africanos no Brasil escravocrata.

Esse tipo de pensamento enraizou-se na sociedade brasileira de tal modo que disseminou-se durante os anos que sucederam a abolição da escravidão, visto que a submissão propriamente dita dos negros saltou para os mais variados campos da sociedade, atingindo as classes desfavorecidas, bem como, mulheres, índios e todos os grupos que não apresentassem um cunho de valorização no meio social.

Remetendo-se novamente aos trechos de “O Mulato” que levantam as discussões sobre o preconceito racial do século XIX, tem-se:

— Ora! ora! ora! soprou o cônego em três tempos. Nem falemos nisso! O Rio de Janeiro é o Brasil! Ele faria uma grandíssima asneira se ficasse aqui.

— Se faria... — Até lhe digo mais..nem precisava cá vir, porque... continuou Diogo, abaixando a voz, ninguém aqui lhe ignora a biografia; todos sabem de quem ele saiu! (ALUÍSIO, p. 24).

O diálogo entre os personagens e compadres Manuel Rosa e o Cônego Diogo sobre a correspondência recebida pelo primeiro informando sobre a possível chegada do mulato Raimundo à cidade de São Luís, fez com que Diogo demonstrasse seu total repúdio a pessoas nascidas da relação entre um homem branco e uma negra, ou vice-versa.

Quando este afirma que “aqui ninguém ignora a sua biografia e que todos sabem de quem ele saiu”, deixa claro a sua forma de pensar sobre o negro, pois atribui a Raimundo uma culpabilidade social, levando-se em consideração as suas origens, como se estas fossem motivos de vergonha perante os demais indivíduos.

Isso implica dizer que o fato de Raimundo ter passado uma temporada fora de São Luís, ter conseguido galgar melhor espaço na vida social, não lhe conferia o direito de ter uma vida normal (como as demais pessoas) sem conseguir livrar-se do estigma social ao qual o negro da época era submetido, simplesmente por conta da sua cor de pele, pois somente assim poderia ser configurado o preconceito destinado à Raimundo, já que as supostas barreiras de estratificação social que segregava negros e brancos havia sido trespassada pelo personagem.

O personagem do Cônego Diogo, demonstrava ainda a sua indignação em não aceitar que negros possuíssem cargos de renome social, como demonstrando a seguir:

O cônego permanecia preocupado pela lembrança da tapera. — Agora... acrescentou o outro, o melhor seria que ele se tivesse feito padre.

O cônego despertou. — Padre?!

— Era a vontade do José...

— Ora, deixe-se disso! retrucou Diogo, levantando-se com ímpeto.

Nós já temos por aí muito padre de cor!

— Mas, compadre, venha cá, não é isso...

— Ora o quê, homem de Deus! É só ser padre! é só ser padre! E no fim de contas estão se vendo, as duas por três, superiores mais negros que as nossas cozinheiras! Então isto tem jeito?

... O governo e o cônego inchava as palavras o governo devia até tomar uma medida séria a este respeito! devia proibir aos cabras certos misteres!

— Mas, compadre...

— Que conheçam seu lugar! E o cônego transformava-se ao calor daquela indignação. (ALUISIO, p. 26).

A indignação do personagem baseava-se simples e unicamente na maneira como este acreditava que as coisas deveriam ser, ou seja, que cada indivíduo

possuísse um lugar determinado no meio social e que fosse, portanto, proibido a “alternância de lugares”. Assim, se alguém nascia negro, o seu destino deveria estar acoplado às margens da sociedade, não podendo migrar para o centro ou topo da pirâmide social, mesmo que houvessem meios que o permitisse tal feito.

O Cônego denota o pensamento da maioria dos moradores de São Luís do século XIX, tendo em vista que a vigência da escravidão fazia com que os negros carregassem estigmas sobre os comportamentos que deveriam ser adotados, bem como, os modelos de estilos de vida a serem seguidos, para que fossem devidamente enquadrados às parcelas discriminatórias da sociedade.

Ao utilizar a expressão “que conheçam o seu lugar”, Diogo evidencia que o fato de alguém nascer negro, implicava em um destino que já havia sido preparado anteriormente até mesmo à sua existência, isto é, era uma espécie de direcionamento social sem volta, onde haviam regras preestabelecidas de discriminação, em que, a única alternativa que restava ao indivíduo seria a submissão e aceitação de suas condições.

Ainda de acordo com o Cônego, o governo necessitava tomar as atitudes devidas para que negros não adentrassem à igreja, pois não se poderia correr o risco de “ter mais negros no celibato do que nas cozinhas” que, conforme o pensamento do personagem, esse seria o lugar adequado para a convivência social de afrodescendentes.

O personagem de Raimundo, o mulato idealizado por Aluísio de Azevedo, ao retornar à capital São Luís, buscava, de alguma forma a descoberta sobre as suas origens, não tendo conhecimento de que a grande maioria da população conhecia a sua triste história, pois era filho da escrava Domingas que envolvera-se com o senhor de escravos José da Silva e, nascera após alguns abortos realizados por sua genitora.

Porém, como já era esperado, José da Silva não assumiu a paternidade e tratava o filho Raimundo como um afilhado, mesmo sem deixar-lhe faltar nada. Anos mais tarde, casara-se com D. Quitéria que, posteriormente descobriria a existência de Raimundo, o que fez com a mulher se descontrolasse de tal maneira a ponto de torturar fervorosamente a escrava Domingas, como forma de puni-la por ter tido um filho no passado com seu marido, como pode-se observar a seguir:

Nunca tivera filhos. Um dia reparou que o marido, a título de padrinho, distinguia com certa ternura o crioulo da Domingas e declarou logo que não admitia, nem mais um instante, aquele moleque na fazenda.

— Seu negreiro! gritava ela ao marido, fura de raiva. Você pensa que lhe deixarei criar, em minha companhia, os filhos que você tem das negras?... Era só também o que faltava! Não trate de despachar-me, quanto antes, o moleque, que serei eu quem o despacha, mas há de ser para ali, para junto da capela!

[...] Mas, ao voltar à fazenda, gritos horrorosos atraíram-no ao rancho dos pretos, entrou descoroçoado e viu o seguinte: Estendida por terra, com os pés no tronco, cabeça raspada e mãos amarradas para trás, permanecia Domingas, completamente nua e com as partes genitais queimadas a ferro em brasa. Ao lado, o filhinho de três anos, gritava como um possesso, tentando abraçá-la, e, de cada vez que ele se aproximava da mãe, dois negros, à ordem de Quitéria, desviavam o relho das costas da escrava para dardejá-lo contra a criança. (ALUÍSIO, p. 44).

Ao queimar as partes genitais de Domingas, a esposa de José da Silva deixava claro o seu preconceito, a ojeriza nutrida contra negros, como se queimando o ventre da mulher, pudesse fazer com que a megera se sentisse vingada, com uma alteridade que necessitava ser externada para que a mãe de Raimundo se sentisse culpada por ter trilhado por caminhos que, socialmente não eram aceitos.

O objetivo de Quitéria centrava-se também no desejo de que a sua atitude servisse de exemplo para outras escravas, para que estas sentissem medo de envolver-se com seus senhores, tendo em vista que as consequências poderiam ser desastrosas, dolorosas e até mesmo irrevogáveis, tanto que, a mulher não sentiu nenhum tipo de pudor em praticar o seu ato na presença da criança que, chorava desesperadamente sem ao menos entender o que estava acontecendo com a sua mãe. Em sua inocência pueril, Raimundo mal imaginava o destino que já lhe era traçado, simplesmente por ter sido concebido da união entre uma escrava e um senhor de escravos.

Ao retornar à sua terra natal, Raimundo foi recebido na casa de seu tio Manuel, tendo sido apresentado a alguns moradores próximos à Rua da Estrela. Corroborando com as ideologias pautadas em preconceito racial apresentadas por Aluísio de Azevedo, tem-se:

— Dantes os escravos tinham que fazer! Mal serviam a janta iam aprontar e acender os candeeiros, deitar-lhes novo azeite e colocá-los no seu lugar... E hoje? É só chegar o palitinho de fogo à bruxaria do bico de gás e... caia-se na pândega! Já não há tarefa! Já não há cativo! É por isso que eles andam tão descarados! Chicote! chicote, até dizer basta! que é do que eles precisam. Tivesse eu muitos, que lhes juro, pela bênção de minha madrinha, que lhes havia de tirar sangue do lombo! (ALUÍSIO, p. 66 e 67).

A personagem Amância Sousellas evidenciava a sua insatisfação com o fato de que alguns negros não aceitavam mais com tanta passividade a condição de escravos, o que remete ao período que antecedia a abolição da escravatura brasileira que viria a ser promulgada posteriormente (1888), com o propósito de extinguir os maus tratos e a convivência submissa e sub-humana dos afrodescendentes.

Esse sentimento espalhava-se com facilidade, visto que era notório que os indivíduos que se beneficiavam, fosse financeiramente, pessoalmente ou mesmo através de favores domésticos proporcionados pela escravidão, não desejavam perder as suas regalias, as suas possibilidades de continuarem no comando, exercendo papéis de superioridade em relação aos escravos. O fato destes haverem modificado os seus comportamentos, era reflexo da grande quantidade de fugas empreendidas por grupos de escravos que, à sua forma, lutavam para que houvesse, enfim, uma igualdade de direitos entre pessoas, e que, a cor da pele não fosse um fator decisório para o direcionamento de ocupação de patamares sociais.

Outro morador que teve contato com Raimundo e fez questão de externar o seu preconceito racial era Freitas:

Freitas passou-se à janela de Raimundo, e aproveitou a oportunidade para despejar contra este uma estopada a respeito do mau serviço doméstico feito pelos escravos. — Reconheço que nos são necessários, reconheço!... mas não podem ser mais imorais do que são!... As negras [...] !... São umas muruxabas, que um pai de família tem em casa, e que dormem debaixo da rede das filhas e que lhes contam histórias indecentes! É uma imoralidade! Ainda outro dia [...] uma menina, coitada, apareceu coberta de piolhos indecorosos, que pegara da negra! Sei de outro caso de uma escrava que contagiou a uma família inteira de impigens e dartros de caráter feio! E note, doutor, que isto é o menos, o pior é que elas contam às suas sinhazinhas tudo o que praticam aí por essas ruas! Ficam as pobres moças sujas de corpo e alma na companhia de semelhante corja! Afianço-lhe, meu caro senhor doutor, que, se conservo pretos ao meu serviço, é porque não tenho outro remédio! (ALUÍSIO, p. 71).

Existe aí uma relação de satisfação com o fato de que a presença dos negros torna-se necessária ao seio familiar para que possam desempenhar as funções relativas à submissão, como o serviço pesado para trazer lucros à família, bem como, o cuidado com as crianças e a companhia às moças no sentido de lhe prestarem os mais variados serviços domésticos.

Porém, de acordo com a visão de Freitas, todo o mal que acometia os moradores da casa grande seria advindo através da presença dos negros. A menina citada na conversa poderia ter adquirido piolhos de qualquer outra pessoa, na rua, na vizinhança, mas seria muito mais fácil e aplicável atribuir a culpa às negras com as quais esta convivia, tendo em vista que todos os aspectos que envolviam “coisas ruins” ocorridas na casa eram direcionadas ao lado mais vulnerável da história.

Para o personagem, manter os negros próximos era uma questão de não ter outra alternativa, de “ter que engoli-los”, mesmo sem concordar com os seus trejeitos sociais. As moças da época, estavam sujeitas a sujarem seus corpos e almas por terem proximidade com os escravos, simplesmente por terem contato, conversarem, Freitas acreditava que havia um rastro de maldade deixado, apenas pelo julgamento da cor da pele que era tido como algo inferior.

Os serviços prestados pelas escravas iam desde o cuidado com os afazeres domésticos até o despir e o vestir das moças que acompanhavam, como pode-se observar a seguir:

Era Ana Rosa. Logo que ela se recolhera ao quarto, gritara pela Mônica.

— Mãe-pretinha! Assim tratava a cafuza que a criara e que dormia todas as noites debaixo da sua rede...

— Mãe-pretinha!

— O que é, laiá? Não se agaste!

— Você tem um sono de pedra! oh! Deu um estalo com a língua.

— Dispa-me! E estendeu-se negligentemente em uma cadeira, entregando à criada os pés pequeninos e bem calçados. Mônica tomou-os, com amor, entre as suas mãos negras e calejadas; descalçou-lhe cuidadosamente as botinas, sacou-lhe fora as meias; depois, com um desvelo religioso, como um devoto a despir a imagem de Nossa Senhora, começou a tirar as roupas de Ana Rosa; desatou-lhe o cadarço das anáguas; desapertou-lhe o colete e [...]
(ALUÍSIO, p. 88).

Percebe-se que até mesmo o local destinado ao descanso das escravas continha o aspecto da discriminação, pois dormiam “debaixo das redes” de suas amas, como uma forma de saberem o real papel que desempenhavam na casa, estando sempre à postos para realizar tarefas humilhantes. O fato de Ana Rosa parecer ter uma boa relação com a “mãe Pretinha” não desfazia o posicionamento de cada uma, visto que, a atitude de despi-la, tirar seus sapatos, fazia com que a escrava alimentasse o ego da personagem em saber que havia alguém à sua disposição, para lhe desempenhar funções simples, que qualquer pessoa poderia fazer sem a presença de outra.

A comodidade dispensada às brancas filhas de senhores do século XIX em São Luís, estratificava socialmente as escravas, pois eram tratadas como verdadeiras rainhas desnecessariamente, apenas para se auto afirmarem como mulheres do poder, meninas abastadas que contavam com a presença de vários empregados para lhes satisfazerem todos os desejos possíveis.

A devoção reportada pela escrava a Ana Rosa, de certa forma, era uma maneira de agradecê-la em seu íntimo por ter a oportunidade de não ser torturada, de não ter que se submeter ao sacrifício de serviços bem mais pesados pelos quais outras escravas eram obrigadas a passar diariamente. O endeusamento da moça branca era uma forma de súplica interna de “mãe Pretinha” para que pudesse continuar a ter uma forma de escravidão um pouco mais branda e leve do que a de muitos companheiros e conterrâneos africanos.

A contrariedade social ao qual Aluísio de Azevedo provou ao lançar “O Mulato” teve a sua representatividade fictícia na obra, visto que, o personagem de Raimundo, após ter contato com os amigos de Manuel que frequentavam constantemente a casa, em jantares e chás, publicou folhetins versando sobre as características não aprazíveis da sociedade maranhense:

No entanto, Raimundo aborrecia-se; a província parecia-lhe cada vez mais feia, mais acanhada, mais tola, mais intrigante e menos sociável. Por desfastio, escreveu e publicou alguns folhetins; não agradaram falavam muito a sério; passou então a dar contos, em prosa e verso; eram observações do real, trabalhadas com estilo, pintaram espiritualmente os costumes e os tipos ridículos do Maranhão de nossa Atenas como dizia o Freitas. Houve um alvoroço! Gritaram que Raimundo atacava a moralidade pública e satirizava as pessoas mais respeitáveis da província. (ALUÍSIO, p. 119 e 120).

O personagem de Raimundo seria uma réplica das vivências experimentadas por Aluísio de Azevedo quando retornara a São Luís e passou a ter contato com o preconceito propriamente dito que é descrito nas minúcias de sua obra. Como percebeu que a sociedade da época julgava o separatismo social como algo absolutamente normal, o autor passou a observar com maior atenção os detalhes que circundavam as relações sociais entre os indivíduos.

Assim como ocorreu com Aluísio na vida real, Raimundo sofreu represália social por ter “se atrevido” a escrever sobre um tema que abalava a classe dominante de época, visto que, não era interessante para os senhores de escravos que os mais obscuros segredos que alimentavam o viés escravocrata fossem desnudados, principalmente com a iminência de um possível fim para o processo de escravidão, pois o fato de outras pessoas terem conhecimento, mesmo que através das obras ficcionais, do que realmente acontecia nas casas grandes, figuravam como uma ameaça cada vez maior às suas hegemonias enquanto mandatários da sociedade.

4 – A RESISTÊNCIA SOCIAL FRENTE AO ROMANCE ENTRE ANA ROSA E RAIMUNDO.

Com a permanência de Raimundo na casa de Manuel, o seu interesse pela personagem Ana Rosa ficava cada vez mais visível aos olhos da sociedade, surgindo rumores de um possível casamento entre os dois. A personagem de Maria Bárbara foi a primeira a demonstrar a percepção sobre os comentários levantados pela vizinhança, o que se tem explicitado através de uma conversa com o Cônego Diogo, na tentativa de convencê-lo a ajudá-la a expulsar Raimundo de sua casa no trecho a seguir:

— É preciso pôr esse homem fora de cá!
 — E quanto antes!...
 — O compadre está aí?
 — Creio que sim, no armazém.
 — Pois vou convencê-lo. Até logo. — Veja se consegue, reverendo! Olhe lembra-me até que seria melhor desistir de tal compra da fazenda...Esta gente, quando não tisna, suja! Não imagina a arrelia que me faz vê-lo todo o santo dia à mesa de janta ao lado de minha neta!... Também nunca esperei esta de meu genro! É preciso pôr o homem pra fora! Isto não tem jeito! As Limas já falaram muito; disse a Brígida que na quitanda do Zé Xorro lhe perguntaram se era certo que ele estava para casar com Anica... Ora isto não se atura! Cada um que ponha o caso em si!... Pois então aquele não-sei-que-diga precisa que lhe gritem aos ouvidos qual é o seu lugar?... No fim de contas quantos somos nós?!... Nada! Nada! é precioso pôr cobro a semelhante coisa. Fale a meu genro, senhor cônego, fale-lhe com franqueza! Olhe pode dizer-lhe até que, se ele não quiser tratar disto, eu mencarrego de pôr a peste no olho da rua! A porta da rua é a serventia da casa! Não vê que entre paredes, onde cheira a Mendonça de Melo, se tem aquelas com um pedaço de negro! (ALUÍSIO, p. 170 e 171).

De acordo com a visão de Maria Bárbara até mesmo um negócio de compra e venda advindo de um mulato não lhe parecia confiável. Na conversa, a personagem deixa claro o seu descontentamento em ter que dividir a mesa de refeições com o hóspede, visto que, se os demais negros que viviam na casa “sabiam o seu lugar”, com Raimundo não poderia ser diferente e, o fato deste haver estudado fora do país, não o poderia fazer possuir regalias melhores nos aposentos da casa.

As conversas de que Raimundo continuava em São Luís por, supostamente pretender casar-se com Ana Rosa era um fator inaceitável para Maria Bárbara, pois se a personagem incomodava-se em conviver na mesma casa que ele, não cogitaria

jamais a possibilidade de aceita-lo como esposo de sua neta. Portanto, seria necessário “cortar o mal pela raiz”, visando a concordância de Manuel em expulsar Raimundo o mais rápido possível de sua casa, antes que “um mal maior fosse concretizado”.

Ao fazer uma viagem com Manuel a fim de fecharem negócios sobre terras maranhenses, Raimundo sentiu-se encorajado em pedir a mão de Ana Rosa em casamento a seu pai, proposta essa que foi imediatamente recusada, sem uma resposta que fosse plausível para a negativa. Raimundo não conseguiu dormir naquela noite, conjecturando os possíveis motivos que fizeram com que Manuel lhe houvesse negado a mão da filha.

No meio da noite, imagina ter visto o fantasma de uma mulher magra, que aparentava estar atrás de algo naquele local. Ao levantar-se, indagou ao Cancela da casa (espécie de caseiro nos dias atuais) qual o propósito de visita da negra que assemelhava-se a um espectro humano:

— São escravas fugidas? indagou Raimundo.

O Cancela respondeu que não. Os mocambeiros formavam grupo à parte; nunca apareciam publicamente, viviam escondidos nos seus quilombos e só se mostravam na estrada real para atacar os viajantes. Os agregados eram pretos forros, forros em geral com a morte de seus senhores, e que habituados desde pequenos ao cativeiro não tendo já quem os obrigasse a trabalhar e não querendo sair do sertão, ficavam por aí ao Deus dará, pedinchando pelas fazendas um bocado de arroz para matar a fome, e um pedaço de chão coberto para dormir. Simples vagabundos, que não faziam mal a ninguém. (ALUÍSIO, p. 195).

Os mocambeiros eram grupos de escravos que conseguiam fugir de seus donos ou mesmo que ganhavam a liberdade após a morte destes. Como não mais havia quem os obrigassem a trabalhar, andavam durante as noites em busca de alimentos e abrigo. A descrição feita por Aluísio de Azevedo da mulher vista por Raimundo assemelhava-se a um fantasma, evidenciando as péssimas condições de vida às quais os escravos precisavam se sujeitar para não terem que voltar a viver sob cativeiro.

Isso implica dizer que, para o escravo da época seria bem mais digno que corresse atrás de sobras de alimentos do que terem que se sujeitar a viverem novamente em casas grandes, sujeitando-se a castigos físicos e psicológicos, que

oprimiam a sua liberdade e os obrigavam a trabalhar de forma intensa, sem nenhum tipo de recompensa justa e com jornadas de trabalho exorbitantes e exaustivas.

O personagem de Raimundo não se contentava com a resposta negativa de Manuel sobre o seu pedido de casamento à Ana Rosa, pois não havia uma justificativa sequer, já que o pai de sua amada vivia a elogiar sua compostura e seus trejeitos. Ao insistir em saber o porquê da recusa, Manuel viu-se obrigado a lhe dizer o real motivo em não aceitar o casório:

Manuel sacudiu os ombros e resmungou depois, em ar de confiança:

— Recusei-lhe a mão de minha filha, porque o senhor é.. é filho de uma escrava...

— Eu?!

— O senhor é um homem de cor!... Infelizmente esta é a verdade...

Raimundo tornou-se lívido. Manuel prosseguiu, no fim de um silêncio:

— Já vê o amigo que não é por mim que lhe recusei Ana Rosa mas é por tudo! A família de minha mulher sempre foi muito escrupulosa a esse respeito, e como ela é toda a sociedade do Maranhão! Concordo que seja uma asneira; concordo que seja um prejuízo tolo! o senhor porém não imagina o que é por cá a prevenção contra os mulatos!... Nunca me perdoariam um tal casamento; além do que, para realizá-lo, teria que quebrar a promessa que fiz a minha sogra, de não dar a neta senão a um branco de lei, português ou descendente direto de portugueses!... O senhor é um moço muito digno, muito merecedor de consideração, mas... foi forro à pia, e aqui ninguém o ignora.

— Eu nasci escravo?!...

— Sim, pesa-me dizê-lo e não o faria se a isso não fosse constrangido, mas o senhor é filho de uma escrava e nasceu também cativo. (ALUÍSIO, p. 205).

Percebe-se claramente a tentativa de Manuel de esgueirar-se da responsabilidade de dizer “não” a Raimundo, tendo em vista que justifica a sua resposta a partir dos conceitos sociais da sociedade da época, quando afirma que a família de sua esposa jamais o perdoaria por ser conivente com tal feito, tendo prometido à sua sogra que sua filha casaria com um “homem branco de lei”, português ou descendente direto de portugueses, com vistas à não correrem o risco de “manchar” o nome da família com um filho de escrava.

De acordo com as palavras de Manuel, aceitar que Raimundo se casasse com Ana Rosa soaria como um verdadeiro escândalo para a sociedade escravocrata ludovicense do século XIX. Mesmo que o mulato tivesse estudos, fosse um homem merecedor de consideração, todos jamais ignorariam as suas origens e isso seria

motivo de frustração social para a sua família, que seria bombardeada de comentários maldosos e realistas relativos ao preconceito racial.

Ao descobrir definitivamente o motivo pelo qual Manuel não aprovava o seu romance com Ana Rosa, Raimundo provava de uma sensação jamais imaginada: o momento em que começava a compreender os comportamentos das pessoas ao seu redor:

— Mulato!

Esta só palavra explicava-lhe agora todos os mesquinhos escrúpulos, que a sociedade do Maranhão usara para com ele. Explicava tudo: a frieza de certas famílias a quem visitara; a conversa cortada no momento em que Raimundo se aproximava; as reticências dos que lhe falavam sobre os seus antepassados; a reserva e a cautela dos que, em sua presença, discutiam questões de raça e de sangue; a razão pela qual D. Amância lhe oferecera um espelho e lhe dissera: Ora mire-se! a razão pela qual, diante dele, chamavam de meninos aos moleques da rua. Aquela simples palavra dava-lhe tudo o que ele até aí desejara e negava-lhe tudo ao mesmo tempo, aquela palavra maldita dissolvia as suas dúvidas, justificava o seu passado; mas retirava-lhe a esperança de ser feliz, arrancava-lhe a pátria e a futura família; aquela palavra dizia-lhe brutalmente: Aqui, desgraçado, nesta miserável terra em que nasceste, só poderás amar uma negra da tua laia! Tua mãe, lembra-te bem, foi escrava! E tu também o foste! (ALUÍSIO, p. 207).

O personagem passou a rememorar os seus mais variados encontros com os membros da sociedade de São Luís e o fato de descobrir ser filho de uma escrava explicava a hesitação que as pessoas faziam de conversar qualquer tipo de assunto em sua presença, dado que, deveria ter sido o assunto principal de muitas dessas conversas, pelo fato de ser mulato e estar convivendo dentro de uma casa com brancos e portando-se como tal.

Estava-lhe claro que a reserva e a cautela rigorosamente representada pelos indivíduos quando discutiam questões de raça e de sangue em sua presença, nada mais eram do que papéis incorporados ao ambiente para que Raimundo não se sentisse tão excluído e não descobrisse o racismo impregnado nas atitudes e comportamentos dos cidadãos.

A palavra “mulato” carregava uma constituinte do social, punha Raimundo “em seu devido lugar” no que tangia aos relacionamentos interpessoais e amorosos, era como se, em outras palavras, o pai de Ana Rosa o direcionasse a procurar

alguém que fosse, não necessariamente do seu mesmo nível social, pois Raimundo havia estudado fora do país, mas que buscasse casar-se com uma mulher que estivesse à sua altura enquanto filho de escrava e que não confrontasse os valores sociais atribuídos aos negros no Maranhão.

Existe, portanto, uma alusão ao separatismo e à estratificação social aos quais os negros e mulatos estavam destinados a enfrentar, a partir do momento em que se constituíam como cidadãos brasileiros. Era uma espécie de “caminho sem volta”, em que, nenhum tipo de ascensão profissional ou financeira o fariam mudar seus destinos no que diz respeito à marginalização que sofreriam ao longo da vida. No trecho explicitado, vê-se uma nítida preocupação de Raimundo com o seu futuro, visto que, sabia exatamente como as coisas funcionavam por ali, até mesmo por já ter sofrido represálias anteriormente por ter escancarado a realidade obscura da sociedade daquele período.

Após ter certeza sobre a negativa em aceitar o pedido de casamento de Raimundo a Ana Rosa, este solicitou que Manuel se predispusesse a explicar para a filha os reais motivos que o fizeram dizer não. Apesar de assustar-se com a notícia, as tentativas do pai em fazê-la mudar de ideia a respeito de seus sentimentos por Raimundo, não surtiram nenhum tipo de efeito, uma vez que a moça amava o mulato e havia decidido viver com ele, independente de sua cor ou suas origens, como encontra-se evidenciado:

Enquanto ele, entestando com a inadmissível hipótese de um casamento tão desastroso, desenrolava um quadro assustador, profetizando, com as negras cores da sua experiência e com febre do seu amor de pai, um futuro de humilhações e arrependimentos chegando até a ameaça-la de retirar-lhe a bênção; Ana Rosa, distraída, olhando para um só ponto respondia maquinalmente: Sim... Não...Decerto!... Está visto! (ALUÍSIO, p. 214).

De acordo com a visão do personagem Manuel, Ana Rosa não poderia arriscar-se em casar com Raimundo, dado que, poderia passar a vida inteira arrependida pelos mais diversos tipos de preconceitos e julgamentos sociais que haveria de enfrentar. Com essa atitude, o pai desejava provar à moça que a estava poupando de sofrimento, tentando se eximir de culpa, como se a sua resposta negativa não fosse exatamente sua, mas sim, uma decisão que seria tomada por

qualquer pai branco ou descendente de portugueses que convivesse na sociedade ludovicense.

Como àquele período, as mulheres viviam em sua maioria (principalmente as moças) dependentes financeiramente de seus genitores, Manuel utilizou-se do artifício de ameaçar não abençoar mais a filha, uma vez que, sabia que ela não poderia recorrer a outra alternativa que não fosse aceitar as propostas do pai, já que não haveria a possibilidade de sustentar-se sozinha.

Manuel utilizou-se do artifício de fazer transparecer aos dois que um não se preocupava com a frustração do outro, isto é, Ana Rosa pensou que Raimundo não teve a hombridade de ir até ela e explicar-lhe o porquê não iriam se casar, da mesma forma, o mulato mergulhou em uma tristeza diária por não ter sequer notícias de sua amada, e acreditava que Ana o fazia propositalmente, como pode-se observar no trecho abaixo:

E pensava no que não estaria ela julgando dele; no juízo que formaria do seu caráter. Nunca mais tiveram ocasião de trocar uma palavra ou um olhar; apenas recebia notícias de Ana Rosa por aquela idiota, que não as sabia dar. Ora! também de que servia afligir-se daquele modo? o melhor era deixar que as coisas levassem o seu destino natural! Não podia, nem devia, por forma alguma, casar com semelhante mulher, para que, pois, pensar ainda nisso?... Em casa de Manuel as coisas igualmente não corriam lá muito bem. Ana Rosa curtia densas tristezas, mal dissimuladas aos olhos do pai, da avó e do cônego. A pobre moça esforçava-se por esquecer o desleal amante que a abandonara covardemente. E, na sua decepção, imaginava vinganças irrefletidas; tinha desejos absurdos: queria casar-se por aqueles dias, arranjar um marido qualquer, antes que Raimundo se retirasse da província; desejava provar-lhe que ela não ligava a menor importância ao caso e que se entregaria com prazer a outro homem. Pensou no Dias e esteve quase a falar-lhe. (ALUÍSIO, p. 221 e 222).

Para Manuel, não existia um limite para as verdades em que acreditava, tendo em vista que estava disposto a passar por cima de tudo e de todos para impedir que sua filha se casasse com um descendente de escravos, mesmo que isso custasse a sua palavra enquanto homem, mesmo que houvesse a necessidade de mentir, de trapacear.

Nem mesmo a tristeza demonstrada por Ana Rosa o fazia mudar de ideia. Todos que frequentavam a casa da família percebiam que a jovem vivia triste, absorta em pensamentos, na tentativa de compreender porque o destino lhe pregara

aquela peça, e nem por um minuto imaginando, que seu próprio pai a tolhia no silêncio, a impedia de seguir o seu caminho.

Os falatórios acerca da saída de Raimundo repentinamente da casa de Manuel estavam em toda parte da cidade, muitos especulavam os motivos que, na maioria das vezes, eram bastante desfavoráveis à figura do mulato:

Na casa da praça, afirmava um comendador, que a saída de Raimundo da casa do tio era devida simplesmente a uma ladroeira de dinheiro, perpetrada na burra de Manuel, e que este, constava, já tinha ido queixar-se à polícia e que o doutor chefe procedia ao inquérito.

— É bem feito! É bem feito!... vociferava um mulato pálido, de carapinha rente, bem vestido e com um grande brilhante no dedo. É muito bem feito, para não consentirem que estes negros se metam conosco! (ALUÍSIO, p. 224).

O trecho citado evidencia a forma como o negro era visto pelo próprio negro em São Luís no século XIX. O preconceito encontrava-se enraizado de maneira tão latente que alguns negros ou mulatos acreditavam ser o caminho natural o seu enquadramento à margem da sociedade, tanto que, no trecho acima um mulato posiciona-se favorável ao fato de que Manuel houvesse sido roubado por Raimundo, afirmando que são essas atitudes que podem ser esperadas quando uma família decide conviver em sua residência com “alguém de cor”.

As especulações acerca dos porquês que levaram o mulato a ir embora da casa de Ana Rosa eram sempre as piores possíveis, dado que, todos preferiam direcionar seus pensamentos para o lado negativo, cogitando a possibilidade deste haver agido de má fé, chegando a roubar o dono da casa. Para a sociedade era absolutamente comum que um negro fosse julgado socialmente por algo que não fez, mesmo que isso pudesse manchar a sua imagem pelo resto da vida, tendo culpa ou não, a verdade não importava ou não convencia aqueles que já possuíam uma opinião formada sob os preceitos do preconceito racial.

O personagem de Raimundo não se contentava, buscava uma explicação para todo aquele sofrimento experimentado apenas pelo fato de haver nascido do ventre de uma escrava, sentia como se tivesse perdido tempo em estudar para ser instruído e educado, pois de nada havia adiantado todo o seu esforço, se não podia sequer casar-se com a mulher que amava:

E Raimundo, ali, no desconforto do seu quarto, sentia-se mais só do que nunca; sentia-se estrangeiro na sua própria terra, desprezado e perseguido ao mesmo tempo. E tudo, por quê?... pensava ele, porque sucedera sua mãe não ser branca!... Mas do que servira então ter-se instruído e educado com tanto esmero? do que servira a sua conduta reta e a inteireza do seu caráter?... [...] E Raimundo revoltava-se. [...] Mas que culpa tinha ele em não ser branco e não ter nascido livre?.. Não lhe permitiam casar com uma branca? [...] Ah! amaldiçoada fosse aquela maldita raça de contrabandistas que introduziu o africano no Brasil! [...] Com ele quantos desgraçados não sofriam o mesmo desespero e a mesma humilhação sem remédio? E quantos outros não gemiam no tronco, debaixo do relho? [...] Lembrar-se que a consequência de tanta perversidade seria uma geração de infelizes, que teriam de passar por aquele inferno em que ele agora se debatia vencido! [...] (ALUÍSIO, p. 230 e 231).

O mulato conseguia vislumbrar claramente o que passavam os escravos que vivam presos nas casas grandes sendo submetidos aos mais variados tipos de castigos físicos, naquele momento passava um filme em sua mente sobre qual destino discriminatório aguardava aqueles que sonhavam com a liberdade, liberdade essa que seria apenas uma forma mascarada do governo afirmar que a escravidão estava findando-se, quando na verdade, a prisão social era muito mais pesada, era como um fardo incessante.

O personagem compadecia-se com os demais infelizes que estavam sendo criados naquela sociedade, por saber exatamente o que os aguardava, por constatar que a escravidão moldava comportamentos, acrescia sofrimento psicológico ao castigo físico. Raimundo sabia que poderia existir um “ex escravo”, mas jamais existiria um “ex discriminado”, todos os indivíduos advindos da África deixavam para trás suas vidas, sem a chance de reconstruí-las decentemente.

Ao decidir ir embora de São Luís, Raimundo escreve uma carta à Ana Rosa e entrega-lhe solicitando que a leitura seja feita apenas após sua partida. Porém, a jovem ao ler e descobrir os reais motivos que fizeram com que seu amado desejasse partir, desespera-se e o confronta quando este vai até sua casa para despedir-se de Manuel, ao que o mulato responde com os seguintes argumentos:

— Antes assim fosse, juro-te que o desejava! Mas supões que eu seria capaz porventura de sacrificar-te ao meu amor? que eu seria capaz de condenar-te ao ódio de teu pai, ao desprezo dos teus amigos e aos comentários ridículos desta província estúpida?... Não! [...] É muito melhor que eu vá!... E tu, minha estrela querida, fica, fica tranqüila ao lado de tua família; segue o teu caminho honesto; és

virtuosa, serás a casta mulher de um branco que te mereça...[...] (ALUÍSIO, p. 248).

A sensatez apresentada por Raimundo reflete-se em sua análise do preconceito real vivido pelos negros. Para ele, é preferível que os dois abram mão do amor que sentem um pelo outro, do que ter que enfrentar os olhares maldosos da sociedade que jamais conseguiria compactuar com a relação amorosa. Se assim o decidissem, Ana Rosa perderia a sua postura enquanto filha de Manuel, além de ter que conviver com o julgamento e afastamento de suas amigas e familiares.

O curso natural para a vida amorosa de Ana Rosa seria o casamento com um homem branco, que estivesse à sua altura. Assumir sua relação com Raimundo seria o mesmo que “dar um tiro no próprio pé”, além de agregar um risco para toda a vida de que os filhos que viessem dessa união fossem martirizados e discriminados antes mesmo de nascer.

O sentimento amoroso naquele período necessitava passar por uma peneira social para que pudesse ser concretizado. Se a sociedade não compactuasse com a relação, os indivíduos envolvidos estavam marcados para serem julgados diariamente por suas escolhas. Não era admissível que um mulato ou negro ousasse em desejar ter uma relação com uma mulher branca, visto que, isso era visto como uma verdadeira afronta aos valores morais e sociais nutridos em São Luís.

Com a decisão de despedir-se de Manuel, Raimundo encontra-se com Ana Rosa novamente, ocasião em que a moça demonstra total aversão à ideia do mulato de deixar a ilha do Maranhão. Quando o amado retira-se de sua casa, a jovem cai em prantos e decide ficar sozinha em seu quarto, momento em que o Cônego Diogo convence Manuel a conversar com Ana Rosa e solicitar que ela venha até a igreja confessar seus pecados, afirmando-lhe que Raimundo não havia partido e que, ele como seu padrinho, faria de tudo para que o relacionamento amoroso entre os dois fosse concretizado.

Porém, ao receber uma correspondência de Raimundo, a moça decide não confessar-se mais com o cônego:

Com essa missiva Ana Rosa tranqüilizou-se tanto, que procurou dissuadir o cônego da idéia da tal confissão. No fim de contas, se era pecadora, fora-o premeditadamente e não se arrependia. A consciência dizia-lhe que o casamento resgatava a sua falta. [...] Raciocinando deste modo, falou com franqueza ao padre e retirou a promessa que lhe fizera; mas o reverendo repontou, ameaçando-a

com uma denúncia a Manuel. A rapariga chegou a suspeitar que o padrinho sabia de tudo, e amedrontou-se. (ALUÍSIO, p. 259).

Esse fato deixa Diogo bastante contrariado, demonstrando assim, que nunca houve uma real intenção em auxiliar a sua afilhada a encontrar-se com Raimundo, ameaçando inclusive, de delatar a Manuel a atitude de Ana Rosa. Com isso, fica evidenciado para a jovem o conhecimento de seu pai sobre o plano armado para tentar amenizar a sua dor pela possível partida de seu amado.

Os escrúpulos do Cônego esvaem-se quando se trata do preconceito racial, tendo em vista que este não se importa em agir de maneira contrária ao que o seu ofício como dirigente da igreja lhe imputa, pois o que importava naquele momento seria afastar cada vez mais a presença de Raimundo para que Ana Rosa se acostumasse aos poucos com a sua ausência e desistisse do casamento.

O sacerdote utiliza todos os seus argumentos preconceituosos na tentativa de convencer a afilhada de que havia pecado em seu desejo de casar-se com um mulato, se predispõe a ajudá-la a apagar essa mancha de sua vida, confessando-se e pedindo perdão a Deus por esse pecado, segundo ele:

Não sabes, minha afilhada, que todo sacerdote caminha neste vale de lágrimas entre dois olhos perspicazes e penetrantes, dos juízes austeros e inflexíveis, um chamado Deus, e outro Consciência?... Um que olha de fora para dentro, e outro de dentro para fora?... E que o segundo é o reflexo do primeiro, e que, satisfeito o primeiro, o segundo está também satisfeito?... Não sabes que terei um dia de prestar contas dos meus atos mundanos, e que, percebendo agora que uma ovelha se desgarrar do rebanho e arrisca perder-se do caminho da luz e da pureza, é de minha obrigação, como pastor, correr em socorro da desgraçada e guiá-la de novo ao aprisco, ainda que se faça preciso a violência?... Por conseguinte, filha de Eva, vem à igreja! vem! confessa-te ao sacerdote de Nosso Senhor Jesus Cristo! abre tua alma de par em par defronte dele, que teu coração se fechará logo aos imundos apetites da carne! Abraça-te, como Madalena, aos pés do representante de Deus, até que este último se compadeça de ti pecadora! [...] (ALUÍSIO, p. 260).

A personagem de Ana Rosa pensa que Diogo desejava que ela se confessasse como se o fato de amar um mulato fosse pecado e a jovem agia como tal, sentia-se pecadora por ter sido martirizada em deixar fluir seu sentimento por Raimundo, fator que explicita como a ideia da discriminação estava enraizada na mente dos indivíduos ludovicenses.

As expressões “perder-se do caminho da luz e da pureza” denota a maneira como o Cônego via a vida da jovem naquele momento, dado que, emprega palavras de cunho religioso, envereda pelos conceitos de pureza que toda mulher gostaria de carregar, para imprimir os seus verdadeiros sentimentos sobre a possível relação amorosa entre Ana Rosa e Raimundo, chegando até a compará-la com Maria Madalena, uma pecadora bíblica que arrepende-se (a tempo) de seus pecados e é devidamente perdoada.

Para se eximir de culpabilidade em sua tentativa de convencer a afilhada a esquecer aquele sentimento, Diogo expressa que está apenas cumprindo com a sua missão enquanto pastor de não deixá-la desgarrar-se do rebanho, sugerindo a utilização da violência, caso fosse necessário, tudo embasado na teoria da religiosidade como aparato para ofuscar as vertentes do preconceito racial.

O jovem Raimundo corresponde-se com Ana Rosa, marcando um dia para que os dois pudessem fugir e viver longe de São Luís. Porém, no dia marcado, ambos são surpreendidos pelo Cônego Diogo e por Dias, pretendente de Ana Rosa. Ao confrontar novamente a família da jovem, Raimundo recebe uma nova negativa ao seu pedido para casarem-se e sai desgovernado pela cidade. Porém, o mulato não imaginava que o sacerdote armava um plano para que Dias o assassinasse e todos pudessem se livrar de uma vez de sua presença:

Mas, do vão escuro, em que se formava o limite da parede, rebentou um tiro, no momento em que ele dava volta à chave. Este tiro partira de um revólver fornecido ao Dias pelo cônego Diogo. Todavia, no instante supremo, faltara ao pobre-diabo coragem para matar um homem, mas as palavras do padre ferviam-lhe na cabeça, em torno da sua idéia fixa. Como poderia agora perder num momento o trabalho de toda uma existência, destruir o seu castelo dourado, a sua preocupação, a coisa boa da sua vida?... Perder o jogo no melhor lance!... inutilizar-se, reduzir-se a lama, quando, só com um ligeiro movimento de dedo, estaria tudo salvo!... (ALUÍSIO, p. 297).

Naquele momento, Raimundo “pagou o preço” por amar uma mulher branca, ali findavam-se as expectativas de concretização de um romance. Era o sangue derramado em resquícios de preconceito racial estampado pela fúria do homem que desejava ter Ana Rosa como esposa, e não mediria esforços para tirar do seu caminho aquele mulato que atrevia-se a atrapalhar seus planos. Todos esses pensamentos fomentados à Dias através da visão preconceituosa do Cônego Diogo,

que não conseguiria ter paz se não resolvesse o “problema” que se aplicava à família de Manuel.

A morte de Raimundo representaria a Dias a salvação de sua vida. A vida do ser humano mulato não estava em questão, mas sim os propósitos de união familiar com vistas à ampliação dos negócios financeiros que, somados à fortuna de Manuel, refletia na progressão do nome de Dias ao casar-se com Ana Rosa. Vale ressaltar o orgulho do pretendente da jovem que não poderia ser ferido, visto que, seria muito mais sensato eliminar a figura de Raimundo do que ter a sua reputação enquanto homem manchada: a de perder o amor de Ana Rosa para um descendente de escravos, isso sim, seria inadmissível.

Ao saber da morte de Raimundo, a personagem de Ana Rosa reage da seguinte forma:

Ana Rosa estremeceu toda, deu um grito, ficou lívida, levou as mãos aos olhos. Parecia-lhe ter reconhecido Raimundo naquele corpo ensangüentado. Duvidou e, sem ânimo de formular um pensamento, abriu de súbito as vidraças. Era, com efeito, ele. [...] De repente, soltou um novo rugido e caiu de costas. A mãe-preta acudira logo e arrastou-a para o quarto. A moça deixou atrás de si, pelo chão, um grosso rastro de sangue, que lhe escorria debaixo das saias, tingindo-lhe os pés. E, no lugar da queda, ficou no assoalho uma enorme poça vermelha. (ALUÍSIO, p. 302).

A princípio, tem-se a impressão de que Ana Rosa não suportaria conviver sem a presença de seu amado em seu convívio. Porém, Aluísio de Azevedo decide ir bem mais longe em sua narrativa ao juntar ao final de seu enredo a jovem e Dias, que casam-se, concebem 3 filhos e levam uma vida absolutamente normal, sem a presença de resquícios de culpabilidade por parte do esposo, mesmo tendo sido o algoz da morte de Raimundo.

Ana Rosa segue os direcionamentos que os preceitos morais e sociais da cidade de São Luís do século XIX impõe aos indivíduos, a de que uma moça de família abastada jamais poderia deixar-se levar pelo amor de um homem que não estivesse à altura de sua posição social. E, mesmo que estivesse, como era o caso de Raimundo, o sangue que lhe corria nas veias o condenava e o martirizava.

No enredo, somente uma vida foi definitivamente afetada e ceifada pelo preconceito: a do mulato Raimundo. Após sua morte, tudo “voltou ao normal” na casa de Manuel, os problemas acabaram e todos puderam seguir suas vidas sem a

lembrança de que um dia estas pudessem ter sido “manchadas” pela presença da escravidão em formato um homem que desejava apenas a sua felicidade e de sua amada Ana Rosa.

5 – COMPARAÇÃO ENTRE O MODELO DE PRECONCEITO APRESENTADO PELA OBRA E SUA RELAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE ENTRE OS JOVENS DE ITAPECURU-MIRIM.

Os diferentes povos trazidos da África para o início do sistema escravocrata brasileiro durante o século XIX traziam consigo histórias, costumes e tradições que, na maioria das vezes, acabavam por perderem-se nos navios. A travessia experimentada pelos africanos durava uma média de 2 meses, em que estes eram transportados de maneira sub-humana, suportando calor, fome, sede, ataques de piolhos e ratos, além de não terem direito nem mesmo de realizar as suas necessidades fisiológicas com dignidade. Muitos escravos acabavam não resistindo e faleciam no decorrer do percurso e, assim, eram atirados ao mar. Grande parte dos navios negreiros aportavam no Brasil com muitos sonhos deixados para trás, tendo em vista que os africanos abandonavam forçosamente suas famílias, seus países, seus deuses e o formato de vida ao qual estavam habituados.

O movimento negro brasileiro surgiu a partir da necessidade de criação de estratégias de luta para o segmento, visando a formação de um espaço identitário que viesse a desvincular socialmente a imagem do negro aos quesitos de discriminação e exclusão social. De acordo com Ducilei Lima (p. 39, 2011) “Fazia-se necessário, portanto, oferecer um novo viés sobre o papel do negro na escravidão que contrariasse a imagem do escravo submisso, passivo, alheio à sua condição.” A partir daí, houve um direcionamento para a organização dos elementos históricos e sociais que compunham a trajetórias de nomes que carregavam a história dos escravos em seus passos, como por exemplo.

Sabe-se que a proposta de combate ao preconceito racial é uma função que não cabe somente à escola, tendo em vista que essa prática surgiu dentro da sociedade a partir das relações interpessoais observadas desde a formação do povo brasileiro. Isso implica dizer que, a escola precisa penetrar nas mais diversas categorias sociais, afim de promover sempre o debate acerca da problemática, com vistas ao esclarecimento sobre as origens da formação do Brasil, enfatizando a mesclagem de povos e culturas que resultou na miscigenação contemporânea.

Reportando-se a essa questão, vale mencionar o autor Silva Jr (2002, p. 31) que afirma “se as próprias instâncias governamentais se preocupam atualmente em

trabalhar, no interior dos currículos, temas voltados para a superação da discriminação e da exclusão étnico-raciais, deve-se considerar que estas mesmas instâncias reconhecem a existência da discriminação”. Essa ideia reforça o reconhecimento das autoridades públicas brasileiras sobre o preconceito racial, fator não existente no período em que a obra de Aluísio de Azevedo foi lançada, tendo em vista que, a mesma problemática era contemplada, só que de uma forma mais incisiva, mais clara e menos maquiada como observa-se na atualidade.

Aludindo ainda ao preconceito apresentado no enredo naturalista, tem-se a participação ativa de membros que representavam o poderio econômico da sociedade, visto que os “donos de escravos” do século XIX eram escancaradamente preconceituosos e colaboravam para a atenuação do problema, reforçando a sua existência com atitudes de separatismo social, como é o caso de Manuel, homem com uma condição financeira notável e que possui meios de produção de riquezas, bem como, o Cônego Diogo que representava a igreja (Estado da época).

Percebe-se assim, um dosamento discursivo entre a sociedade do século XIX e a contemporânea, já que, naquele período a discriminação figurava-se como um elemento constituinte da sociedade, como uma espécie de valor moral social a ser seguido. Nos dias atuais, nota-se uma conscientização social acerca da gravidade do problema, bem como, dos estragos protagonizados entre as camadas populares e os resquícios deixados que refletem a discrepância de oportunidades nos âmbitos sociais, conforme citado anteriormente.

Corroborando com o citado, Pierre Bourdieu afirma:

[...] Por um efeito de inércia cultural [...] continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da escola libertadora, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural [...] (BOURDIEU, 1998, p. 41).

De acordo com as palavras do autor, pode-se considerar que a escola funciona como uma reprodutora dos valores culturais, conservando e absorvendo tudo aquilo que legitima a sociedade enquanto ambiente de relações humanas e, o preconceito racial, apresenta-se de forma nítida ou tímida, conforme os campos de estudo ou mesmo a forma como este é encarado ou despercebido, como veremos mais adiante.

Quando Bourdieu afirma que os valores sociais são sancionados através da heranças cultural, seria o mesmo que dizer que a sociedade fornece os instrumentos ideológicos relativos às relações entre os indivíduos e a maneira como a escola repassa essa ideologia é uma forma da sociedade estudantil absorvê-la como verdade constituinte de sua vivência, isto é, à medida em que o corpo docente e discente de uma escola presencia situações relacionadas ao preconceito racial e não as “encara de frente”, não admite as suas existências, isso reflete em um direcionamento para que dentro e fora desta, a discriminação seja tratada como um fator de normalidade.

5.1 Aplicação dos questionários nas escolas estaduais de Itapecuru-Mirim.

Enveredando-nos pela análise sobre o nível em que se encontra o preconceito racial na contemporaneidade maranhense, mais especificamente, no contexto social da cidade de Itapecuru-Mirim, tornou necessária a aplicação de questionários com perguntas abertas para alunos e professores no Centro de Ensino Professor Newton Neves e Centro de Ensino Ayrton Sena, escolas estaduais de ensino médio localizadas no município, em duas salas de aula de 3^o ano, respectivamente.

As perguntas levaram em consideração a relação entre o preconceito e a escola, bem como a influência exercida pela problemática no âmbito escolar e a sua relação com a interação dos grupos formados para o exercício de atividades curriculares. A seguir estão enumerados os questionamentos, as devidas respostas e a identificação da escola em que foram aplicados, tendo em vista que não foi solicitado que o aluno ou o professor revelassem os seus nomes, afim de evitar constrangimento para o desenvolvimento da pesquisa.

5.2 Questionamentos e respostas dos discentes e nas escolas.

Questionamento 1 (aluno): O aluno já presenciou algum ato de preconceito racial em sua escola ou em seu bairro? Se sim, de que maneira você reagiu?

Aluno A (Ayrton Sena) – *Não, nunca presenciei algo desse tipo.*

Aluno B (Ayrton Sena) – *Sim, já presenciei atos de racismo, tanto na escola quanto no meu bairro, minha reação foi de proteger aquela pessoa que estava sendo vítima.*

Aluno C (Ayrton Sena) – *Sim, “muitas das vezes” presenciamos esse tipo de ato, “mais” falamos sem reação ou deixamos “pra” lá. “Mano” isso é errado, precisamos acabar com esse tipo de preconceitos.*

Aluno D (Ayrton Sena) – *Sim, na minha sala tem um menino e algumas pessoas falam que ele anda com “mau” odor, eu fico chocada com muitas vezes já falei para pararem com isso mas não me escutam”.*

Aluno E (Ayrton Sena) – *Sim, presenciei em alguns momentos o preconceito racial. Com mais frequência dentro do âmbito escolar. Como reagir a essa violência? É impossível não ficar assustada e com raiva. Conversar com a vítima é uma boa opção. Talvez possa evitar alguns problemas psicológicos.*

Aluno F (Newton Neves) – *Sim, mas a pessoa que sofreu o preconceito, nem se deu conta que estava sendo vítima de preconceito racista, pois o ato não foi com a intenção de constranger a pessoa.*

Aluno G (Newton Neves) – *Que chegasse a uma reação agressiva não, porém já vi brincadeiras relacionadas tanto a negros como também a brancos em formas de apelidos “rebaixantes” que afetam a moral da agredida.*

Aluno H (Newton Neves) – *Sim. Foi no “encino” fundamental o aluno chamou o outro de preto e entre outros insultos.*

Aluno I (Newton Neves) – *Sim. Fiquei espantada no primeiro momento me senti no lugar daquela pessoa e eu fui “fala” com ele porque daquilo e se somos todos iguais.*

Aluno J (Newton Neves) – *Sim, na escola por parte de um professor que associou a resposta incorreta de uma aluna negra a uma “macacada”. Esse ato humilhante foi reportado para uma autoridade jurídica e a direção da escola “levando” o educador a se retratar em público. Hoje, ele me odeia.*

Questionamento 2 (aluno): No seu entendimento, o preconceito racial inibe a participação nas aulas e o desenvolvimento intelectual do aluno em sala de aula?

Aluno A (Ayrton Sena) – *Sim, porque o aluno se sente reprimido.*

Aluno B (Ayrton Sena) – *“Entento” assim que afeta de tal maneira que pode mudar o desenvolvimento intelectual, a pessoa pode “entra” em depressão e se sentir isolado (a).*

Aluno C (Ayrton Sena) – *Sim. Pois os que sofrem preconceito não conseguem se desenvolver com os demais alunos “por causa de se acharem ser diferentes”.*

Aluno D (Ayrton Sena) – *Eu acho que sim porque a pessoa fica com a mente bagunçada de tudo que escuta.*

Aluno E (Ayrton Sena) – *Sim, pois o preconceito racial permeia o psicológico do indivíduo o deixando reprimido em diversas circunstâncias do cotidiano, por medo de represálias. Porém, essa violência não se isola em todas as salas.*

Aluno F (Newton Neves) – *Quando o racismo é praticado com a intenção de constranger a pessoa pode sim influenciar no desenvolvimento do aluno “pós” pessoas que sofrem o racismo geralmente são pessoas depressivas. Levando a prejudicar sim na sala de aula.*

Aluno G (Newton Neves) – *Sim, percebe-se logo o estado emotivo da pessoa que se apresenta mais fechada. O aluno não se sente à vontade para expor suas dúvidas e ideias, se torna menos participativo.*

Aluno H (Newton Neves) – *Sim, pois o aluno fica desanimado e se sente mal acaba se excluindo, de forma que não se desempenhe no estudo.*

Aluno I (Newton Neves) – Não respondeu.

Aluno J (Newton Neves) – *Sim, ainda é um desafio quebrar os paradigmas estabelecidos pelo preconceito involuntário, seja do professor ou do próprio aluno para si mesmo na questão da participação.*

Questionamento 3 (aluno): A maneira como os alunos interagem nas aulas, incluindo as brincadeiras e escolha de componentes para grupos de trabalhos escolares influenciam para o agravamento do racismo?

Aluno A (Ayrton Sena) – *Sim, porque dependendo da brincadeira pode estar relacionado; mesmo que indiretamente ao ato do racismo, o que prolonga essa problemática.*

Aluno B (Ayrton Sena) – *Acontece muito isso em toda parte alunos com brincadeiras piadas, isso acontece porque pro aluno ser aceito naquele grupinho ele tem que fazer esse tipo de coisa.*

Aluno C (Ayrton Sena) – *Sim. Porque o racismo é muito “difícil” de lidar, e muitos preferem os mais inteligentes ou melhor deixa de fora os que sofrem o racismo, pois eles não pensam no seu próximo mas em si mesmo.*

Aluno D (Ayrton Sena) – *Sim, eles sempre deixam alguns de fora com preconceito.*

Aluno E (Ayrton Sena) – *Sim, pois todos os indivíduos escolhem os componentes de acordo com a sua forma burocrática. Mas isso não quer dizer que existe em todas as salas de aulas. Quando há, o agravamento é nítido.*

Aluno F (Newton Neves) – *Na verdade a pessoa mesmo se exclui, porque na minha concepção a pessoa “invés” de se achar ela busca se excluir de grupos sociais pelo menos algumas pessoas são assim aonde eu convivo por isso não influencia o agravamento do racismo.*

Aluno G (Newton Neves) – *Sim, é muito comum nas salas formarem-se “a panelinhas”, os agressores, geralmente, ficam nos polos mais fortes influenciando os demais a fazerem o mesmo ato de exclusão dificultando a interação do aluno.*

Aluno H (Newton Neves) – *Talvez sim dependendo da brincadeira, “a” sim a possibilidade de agravar o desempenho.*

Aluno I (Newton Neves) – *Eu acredito que sim, porque “apartir” do momento que o aluno escolhe o outro por grau de amizade “a” já tem um certo preconceito.*

Aluno J (Newton Neves) – *Sim, é muito comum ver grupos onde as pessoas são padronizadas e grupos apenas de minorias. Esse comportamento traz uma sensação de separação e categorização de pessoas, o que não deveria existir em uma sociedade moderna.*

5.3 Questionamentos e respostas dos docentes nas escolas.

Questionamento 1 (professor) – O professor já se deparou com casos de racismo em sala de aula?

Professor A (Ayrton Sena) – *Sim, em alguns casos “conseguir” fazer “um” intervenção de maneira positiva, mas em outros casos não tive preparo suficiente para resolver a situação.*

Professor B (Newton Neves) – *Sim.*

Questionamento 2 (professor) – A escola como um espaço de reflexão e construção de conhecimento tem se empenhado de que maneira para a erradicação do racismo?

Professor A (Ayrton Sena) – *“Concientizando” os alunos. Mas a escola sozinha não é capaz de mudar essa realidade, a mídia e a sociedade em geral também “deveria” se empenhar mais para erradicar o racismo.*

Professor B (Newton Neves) – *Sempre que há espaço para discutir e esclarecer sobre o assunto a escola se prontifica a mudar os conceitos e preconceitos “relacionado” ao assunto.*

Questionamento 3 (professor) – A escola ministra conteúdos didáticos que estimule os alunos a debater e refletir sobre a importância da cultura africana na sociedade brasileira?

Professor A (Ayrton Sena) – *Sim, os professores de História e Artes trabalham esses conteúdos com os alunos na escola, mas em muitos casos aparece “algem” na mídia e fala o contrário do que os professores ensinam e as pessoas acreditam. As leis no Brasil contra o racismo deveriam ser mais severas, a justiça deveria ao menos cumprir as leis que já temos, a prática do racismo acontece nas mídias e não tem punição, parece que é algo comum e fica por isso mesmo.*

Professor B (Newton Neves) – *Sim, sempre há projetos de relevância sobre esse item.*

5.4 Análise do resultado da pesquisa e comparação entre o racismo apresentado por Aluísio de Azevedo e o preconceito abordado atualmente.

Diante das respostas dos alunos participantes da pesquisa, pôde-se perceber claramente a percepção da existência de discriminação racial em ambas as escolas, tendo sido identificados casos de preconceito dentro da própria escola, bem como, fora dela. Com relação aos três questionamentos aplicados, a grande maioria dos alunos não se absteve em escrever sobre aquilo que já presenciaram em seus cotidianos.

Sobre a primeira questão, vê-se que 90% dos discentes relataram terem presenciado atitudes com colegas de sala ou mesmo com demais indivíduos integrantes do corpo social, sendo que o aluno B da escola Ayrton Sena relata ter tomado atitude de proteção com relação à vítima que sofreu a discriminação.

De acordo com Silva Junior:

Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), criados pelo MEC em 1998, apesar do seu caráter de “parâmetro” e não-obrigatoriedade, é complementar às orientações curriculares e à LDB/96, quando propõem a abordagem da “Pluralidade Cultural” como um tema transversal, com os objetivos, entre outros, de possibilitar o conhecimento do patrimônio étnicocultural brasileiro; reconhecer as

qualidades da própria cultura, valorizando a criticamente e enriquecendo a vivência da cidadania; repudiar e denunciar toda e qualquer forma de discriminação baseada em diferenças de raça, etnia, classe social, crença religiosa, sexo e outras características individuais ou sociais. (SILVA, JR, 2002, p. 32)

Analisando-se os parâmetros curriculares citados pelo autor, todo e qualquer tipo de situação que possa ser associada a preconceito de raça, etnia, classe social, crença religiosa, sexo ou outras características, devem ser denunciadas e repudiadas. Percebe-se que, fazendo uma analogia ao período em que “O Mulato” foi lançado e avaliando a forma como o preconceito foi denunciado pelo autor na época através dos diálogos entre os personagens, pode-se afirmar que houve, de certa forma, um avanço social no que tange à atos de preconceito, tendo em vista que no século XIX essa prática era considerada como algo absolutamente comum e inerente ao corpo social e não havia possibilidade de denúncia para que o responsável pudesse responder criminalmente por seus atos.

O aluno J (Newton Neves) afirma em suas respostas, ter denunciado um comportamento de racismo praticado por um docente, informando que a direção da escola tomou as devidas providências para que este compreendesse a gravidade de sua atitude. Porém, o mesmo aluno relata que o professor “o odeia até hoje”, refletindo na falta de conscientização de que o jovem apenas reivindicou um direito que lhe era pertinente.

Isso implica dizer que, comparando o fato narrado pelo aluno com a perseguição sofrida pelo personagem de Raimundo na narrativa de Aluísio de Azevedo, tem-se situações bastante similares, com a diferença de que, pelo fato do Brasil ter reconhecido a existência do preconceito e ter criado leis que punam quem o comete, criou-se uma espécie de “medo” entre os praticantes da discriminação por saberem que existe uma punição definida hoje para quem a pratica, diferentemente do contexto em que o mulato encontrava-se pois, além de não haver nenhum tipo de punição durante o século XIX para os racistas, Raimundo pagou com a sua própria vida por ter se apaixonado e tentado casar-se com uma mulher branca.

O aluno F (Newton Neves) afirmou ter presenciado um ato de discriminação em que a vítima não se deu conta de que os colegas estavam agindo com preconceito, por se tratarem de brincadeiras atreladas ao âmbito escolar. Sob esse aspecto vale citar:

[...] a capacidade de revidar a discriminação já não comportaria uma dimensão de negritude, ou se o desenvolvimento da consciência negra não estaria na base desta capacidade de enfrentamento do preconceito e da discriminação. É possível que ambas ocorram simultaneamente, uma, anterior, preparando a integração na seguinte, e a última assegurando uma estabilidade afetivoemocional-cognitiva independentemente das relações e interações discriminatórias. (SILVA, JR, 2002, p. 44 e 45)

Atentando-se às ideias do autor, pode-se inferir que a capacidade do aluno em reagir ao ato discriminatória não competiria somente a ele em si, mas aos demais partícipes do fato, isto é, torna-se necessário que todas as pessoas envolvidas no âmbito escolar compreendam a importância em estarem sempre atentas aos comportamentos dos discentes, docentes, uns observando as atitudes dos outros, afim de que todos possam ter gabarito suficiente para levantar uma bandeira contra o racismo.

Diferentemente do aluno vítima do preconceito citado pelo aluno F, em não ter percebido a efetivação do ato discriminatório, o personagem de Alúcio de Azevedo compreende os diálogos empreendidos pela sociedade acerca da sua negritude, de suas raízes escravas, visto que, as atitudes daquele período eram muito mais incisivas no que concerne ao racismo. Raimundo não teve a oportunidade em deixar passar despercebido a ojeriza protagonizada pelos indivíduos, pois tudo estava escancaradamente às vistas quem quisesse enxergar ou ouvir.

Com relação ao questionamento 2, a 100% dos alunos entrevistados afirmaram que o preconceito racial inibe a participação de negros em atividades propostas pelo corpo discente da escola, citando possibilidades de isolamento, atraso no desenvolvimento intelectual e depressão, como citado pelo docente B (Ayrton Sena).

A característica de isolamento citada pelo participante da pesquisa, vai de encontro ao que ocorreu com o personagem de Raimundo que, ao descobrir a impossibilidade de casar-se com Ana Rosa, decidiu isolar-se em uma casa sozinho, longe de tudo e de todos que teimavam em apontar-lhe, em deixar claro que na sociedade ludovicense do século XIX não haveria espaço para um descendente de escravos e, na oportunidade, pensava diariamente nas palavras do pai de sua amada em negar-lhe sua mão.

Na questão 3 para os alunos, em que é citada a participação de alunos em trabalhos escolares e a relação desse fator ao racismo, vê-se que 100% dos docentes responderam que as brincadeiras desenvolvidas em sala de aula, bem como, a escolha dos integrantes de grupos para atividades, influencia diretamente na propagação da discriminação no âmbito escolar.

O aluno J (Newton Neves) afirma que tem-se a sensação de “separação e categorização de pessoas” nas escolhas dos grupos, isto é, existe um tolhimento de pessoas em sala de aula, em que coincidentemente sempre os mesmos alunos são deixados de lado, como se houvesse uma mensagem implícita aos negros da sala de que o lugar deles já está reservado: à margem da sala de aula.

Esse mesmo sentimento de separatismo foi experimentado por Raimundo na obra naturalista, visto que haviam momentos em que o personagem percebia que as pessoas paravam de falar ou mudavam de assunto quando ele se aproximava das rodas de conversa, indicando que, possivelmente estariam fazendo conjecturas so seu respeito e à sua negritude.

Os questionamentos levantados para os professores das escolas em questão, apontaram que ambos declararam já terem presenciado atitudes racistas em sala de aula. Porém, o professor A (Ayrton Sena) alega ter conseguido intervir em uma das vezes em que se deparou com atitudes discriminatórias, mas em algumas outras não sentiu-se devidamente preparado para encarar o problema de frente.

Corroborando com esse fator, Silva Junior aponta:

Se por um lado existe o aparato da legalidade e das intenções, por outro, nos deparamos com as dificuldades e despreparo de educadores para efetivar tais propostas. “Professores alegam não ter recebido qualquer tipo de orientação pedagógica sobre a questão racial no Brasil por ocasião de seu curso de formação profissional”²⁷ e continuam tratando a questão racial e a diversidade humana, como um conteúdo de história e de artes, de caráter efêmero, sem assegurar uma abordagem contínua e transversal. (SILVA JR, 2002, p. 33)

De acordo com o autor, somente a legalidade e a intenção governamental e jurídica para que o racismo seja erradicado não é suficiente, seria necessário que houvesse uma implantação de capacitações preparatórias aos professores para que estes conseguissem, de fato, lidar com situações de preconceito, abordando a sua gravidade e as possíveis penalizações para que as pratica.

A esse fator, soma-se a necessidade da intervenção da escola com o propósito de apresentar aos alunos a história do povo negro, o delineamento de seus posicionamentos sociais e as possíveis mudanças que devem ser adotadas pela sociedade para que, efetivamente, cada um possa lutar de sua forma contra o preconceito.

Sobre o questionamento que aborda o posicionamento da escola enquanto espaço de reflexão e construção de conhecimento e a relação existente entre esse papel e a erradicação do racismo, 100% dos discentes afirmaram que as escolas estão sempre prontas ao diálogo e esclarecimento acerca da problemática. Porém, o professor B (Newton Neves) afirma que existe uma necessidade de integração entre a escola, a mídia e a sociedade, afim de que possam “falar a mesma língua”, pois, segundo ele, de nada adianta que a escola trabalhe o problema através da conscientização, e a mídia e a sociedade reproduzirem práticas totalmente diferentes daquelas que são apresentadas pela escola.

Aludindo ao personagem de Raimundo dentro da obra de Aluísio, nota-se que naquele período não havia a possibilidade de intervenção da escola no processo de conscientização do preconceito, diferentemente de hoje, que pode-se observar a inferência escolar no meio social. Portanto, há um evidente avanço do século XIX até a contemporaneidade, tendo em vista que todos os personagens envolvidos na obra naturalista não tinham a opção de serem devidamente instruídos contra a discriminação.

Vale mencionar que:

[...] sujeitos passam da apatia e da estabilidade no interior da negação do preconceito e da discriminação para comportamentos cada vez mais conscientes, até a superação da racialidade, para um processo de plena humanização. Ou que se estabilizem em alguma fase em que seja possível reconhecer o preconceito e a discriminação e atuar individualmente, por meio de mecanismos de autovalorização, já que todo processo de construção de identidade é dinâmico e está em permanente reconstrução. (SILVA, JR, 2002, p. 45)

Silva Junior enumera as possibilidades de superação do racismo através do reconhecimento do preconceito e da utilização de mecanismos de autovalorização. Isso implica dizer que há uma necessidade contínua da abertura de discussões que

incitem a participação ativa dos membros que compõem as escolas brasileiras, ou seja, o autor propõe que as políticas afirmativas de valorização do negro na sociedade estejam cada vez mais atreladas ao processo de desconstrução dos ideais preconceituosos.

Com relação ao terceiro questionamento que infere sobre o papel da escola em ministrar conteúdos didáticos que estimulem o debate e a reflexão sobre a importância da cultura africana, os professores foram unânimes em afirmar que existe em ambas as escolas a preocupação com a abordagem do tema. O autor Silva Junior (2002, p.41) está de acordo que: “A questão de incluir a História da África foi considerada como uma estratégia de recuperação dos fatos, de superação da visão eurocêntrica dos conteúdos, mas também como elemento de valorização da população, num processo que visava à auto-estima por meio do conhecimento de suas origens.”

A inclusão de conteúdos que abordem a história da África figura como um mecanismo de profunda importância para que haja o conhecimento da trajetória percorrida pelos africanos, em vistas à garantir que o estudante negro tenha visibilidade sobre a valorização de sua história particular, como processo de autoafirmação deste, tanto no ambiente escolar como fora dele, pois assim, pode-se vislumbrar a possibilidade de uma queda cada vez maior nos casos registrados no Brasil sobre o preconceito racial.

6 - METODOLOGIA

6.1 Métodos de Abordagem

Este trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, sendo a leitura de textos e arquivos que contenham informações sobre os temas abordados, requisito fundamental para o desenvolvimento da mesma. Foi, portanto, realizada uma pesquisa qualitativa e dialética. O desenvolvimento teórico utilizado, conta com o devido embasamento, através da análise de autores que já tenham se debruçado anteriormente sobre temas similares ao pesquisado, bem como, através da aplicação questionários para alunos e professores do 3º ano do Ensino Médio, nas escolas estaduais Centro de Ensino Professor Newton Neves e Centro de Ensino Ayrton Sena.

6.2 Técnicas de Pesquisa

As técnicas de pesquisas adotadas por esta investigação se basearam na

- Pesquisa bibliográfica;
- Leitura e análise da obra: O Mulato;
- Estudo sobre as principais definições sociais do racismo;
- Aplicação dos questionários nas escolas estaduais do município de Itapecuru-Mirim.
- Desenvolvimento escrito da pesquisa.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar o discurso empreendido acerca do preconceito racial na obra “O Mulato” de Aluísio de Azevedo, considerando o contexto histórico-cultural em que o enredo foi construído, bem como, a comparação entre a forma como a problemática era vista e encarada no século XIX, com a maneira como o problema é tratado na sociedade atualmente, através da aplicação de questionários nas escolas estaduais de Itapecuru-Mirim, objetivando a coleta de informações que possibilitasse a construção de paradigmas comparatórios.

O embasamento teórico produzido a partir da análise dos conceitos de autores renomados que se debruçaram pioneiramente a identificar fatores que contribuíram para a elucidação de informações que encontravam-se obstruídas nas transformações sociais experimentadas pelo negro no âmbito social, contribuíram sobremaneira para a construção e reformulação de conceitos que viessem a embasar o delineamento da pesquisa.

O estudo permitiu notar que, existiu uma modificação com o formato em que o preconceito foi abordado dentro da obra de Aluísio, de como este é encarado na atualidade, visto que, no delineamento do enredo, a discriminação era declarada abertamente, com a presença de diálogos de injúrias racistas, sem que houvesse a menor preocupação em “maquiar” a existência do racismo. Comparando-se a linguagem utilizada na obra e as respostas obtidas aos questionamentos aplicados, percebe-se uma evolução no sentido do tolhimento social e jurídico de pessoas que praticam atos discriminatórios, enquanto que, no enredo naturalista, o personagem de Raimundo não teve, em nenhum momento a chance de defender-se, ou mesmo, não teve quem o fizesse por ele.

Isso fez com que alguns discursos direcionados ao negro fossem modificados ao longo dos séculos e a internalização de conceitos fossem revistos e reformulados, visto que, o afrodescendente contemporâneo tem cada vez mais conquistado o seu espaço, “ganhando vez e voz” e não aceitando mais a discriminação de forma passiva ou sem levantar-se contra esta.

Vale mencionar que, o estudo foi de fundamental importância para que houvesse a compreensão de como os papéis sociais atribuídos ao negro foram se ajustando de maneira a enquadrá-lo de forma mais incisiva no contexto da sociedade, permitindo-lhe uma inserção visível que foge bastante da realidade

apresentada por Aluísio de Azevedo, visto que, hoje é absolutamente comum que um negro case-se com uma mulher branca sem que haja uma tentativa de impedimento familiar ou social.

Outro aspecto elementar identificado através da pesquisa é que esse caminho traçado levou anos para ter o reconhecimento perante a sociedade, que julgava o negro como sendo um ser inferior, sem condições de assumir papéis fora do círculo a que lhe era atribuído nos patamares sociais. Essa prática modelou-se como uma construção diária que resultaria em uma nova visibilidade social para o afrodescendente.

A prática citada reflete as conjunturas de liberdade conquistada através dos movimentos de autoafirmação de minorias, em que o livre arbítrio para a escolha de caminhos que visem a satisfação individual estejam contemplados como aceitáveis e sem os mesmos graus de estigmatização ao qual o negro do século XIX estava submetido, a ponto de “manchar” a sua imagem social de maneira definitiva, ou mesmo, das pessoas que estivessem dispostas a ter relações afetivas com descendentes de escravos ou mulatos.

A conscientização apresentada pelos professores entrevistados de que existe uma preocupação no âmbito escolar no sentido de esclarecer sobre a existência do racismo, afim de elencar mecanismos de combate, é de fundamental importância para que seja incitada discussão a respeito do problema, com vistas ao seu reconhecimento na sociedade.

O reconhecimento da existência da problemática configura-se como o primeiro passo para que se possam articular elementos de combate ao racismo, pois somente com o enfrentamento de comportamentos discriminatórios é que se torna possível a abertura de discussões pertinentes e que possam ser trabalhadas no sentido de alertar a sociedade para os possíveis danos que as práticas racistas podem significar para as suas vítimas.

O papel da escola como colaboradora no processo de combate à discriminação está evidenciado tanto para os atores partícipes da construção do conhecimento, quanto para a sociedade como um todo e, o atrelamento desses setores sociais para a garantia de que a prática discriminatória seja rebatida em todos os patamares sociais, é um bem útil e necessário para a construção de uma barreira impeditiva do preconceito racial.

Sucintamente, permite-se afirmar que toda a trajetória percorrida pelo negro na sociedade com o objetivo de ganhar espaço para construir sua vida profissional e pessoal tem sido marcada por mudanças significativas no que diz respeito ao que já foi conquistado e que pode ser verificado na contemporaneidade, porém vale notar que essas conquistas não podem acomodar-se. Torna-se necessário uma prática de inserção cada vez mais acirrada, para que a sociedade, como um todo, possa inculcar a igualdade entre os indivíduos como um benefício para que cada membro social possa ocupar seu posicionamento de forma satisfatória e sem a presença de fatores negativos que venham a “desenterrar” preconceitos que tanto macularam e contribuíram para a construção da sociedade racista observada durante o século XIX, que vigorou durante tantos anos, martirizando e diminuindo a imagem de tantos afrodescendentes ao redor do mundo.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, G. R.; **Negros e Brancos em São Paulo** (1888-1988). São Paulo: EDUSC, 1998.

AZEVEDO, Aluísio. **O Mulato**. São Paulo: Ática, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positivista**. Trad. José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (“Coleção Os Pensadores”).

MONTELLO, Josué. **Aluísio Azevedo e a Polêmica D’ “O Mulato”**, Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1975.

SANTOS, Isabel Aparecida. **A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos**. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.) **Racismo e antiracismo na educação – repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

Silva Jr., Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais** / Hédio Silva Jr. – Brasília: UNESCO, 2002. 96 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O Naturalismo no Brasil**. Editora Civilização Brasileira S.A, Rio de Janeiro, 1965.

ZOLA, Émile. **O romance experimental**. Introdução, tradução e notas de Ítalo Caroni e Célia Berrettini. São Paulo: Perspectiva, 1982.

ANEXOS

